

# POLÍCIA PENAL - BA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO DO  
ESTADO DA BAHIA

Praticando- 500  
Questões Gabaritadas  
Agente Penitenciário



CÓD: SL-108JH-24  
7908433256908

## Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa .....	5
2. Raciocínio Lógico Matemático .....	21
3. Noções de Informática .....	31
4. Legislação Estadual .....	41
5. Promoção da Igualdade Racial e de Gênero .....	49
6. Noções de Direito Constitucional .....	63
7. Noções de Direito Administrativo .....	77
8. Noções de Direito Penal .....	91
9. Noções de Direito Processual Penal .....	103
10. Legislação Extravagante .....	119
11. Direitos Humanos .....	133

# LÍNGUA PORTUGUESA

## 1. FGV - 2024

A opção em que as duas palavras nela apresentadas recebem acento gráfico corretamente, é:

- (A) dócil / maquinária;
- (B) autóctone / rúbrica;
- (C) hífen / táctil;
- (D) barbária / têxtil;
- (E) éter / cíclope.

## 2. FGV - 2023

Texto 1

– Bia Haddad se cobra após vitória inédita: “Fiquei um pouco insatisfeita” (adaptado)

Paulista supera Jaqueline Cristian, carimba vaga na terceira rodada – seu melhor resultado no Grand Slam –, mas não fica satisfeita com o próprio desempenho em quadra

Por Redação do GE — Londres, Inglaterra

A vitória sobre Jaqueline Cristian, por 2 sets a 1, nesta quinta-feira, alçou Bia Haddad Maia a uma inédita terceira rodada em Wimbledon. A paulista, porém, não ficou satisfeita com a própria performance na quadra: ela admite que precisou ser conservadora para conquistar o resultado e promete melhorar na próxima fase.

— Estou na terceira rodada em Wimbledon pela primeira vez. Estou feliz pela minha luta, pela briga, mas fiquei um pouco insatisfeita com meu nível de tênis. Quero parabenizar minha adversária, que jogou em alto nível bastante tempo, foi mais competitiva durante todo o jogo. Estou feliz pela minha luta, consegui dar um jeito de ganhar não me sentindo bem. Fui resultadista, o que fez meu nível baixar bastante. Fui bastante conservadora. Tenho a oportunidade de melhorar meu tênis. Quero agradecer a todo mundo pelo apoio e pela torcida – declarou a jogadora, que anotou sua nona vitória de virada em 2023, via assessoria de imprensa.

Décima terceira colocada do ranking, Bia Haddad vai enfrentar a romena Sorana Cirstea – que ocupa o 37º lugar – na terceira rodada, em data a ser anunciada pela organização.

Disponível em: <https://ge.globo.com/tenis/noticia/2023/07/06/bia-haddad-diz-que-foi-conservadora-mas-frisa-tenho-oportunidade-de-melhorar.ghm>

“Fui resultadista, o que fez meu nível baixar bastante.”  
(Texto 1, 2º parágrafo)

Na passagem acima, vê-se o neologismo “resultadista”, no qual o sufixo “-ista” veicula um significado específico. Esse mesmo significado é expresso pelo sufixo “-ista” na seguinte palavra:

- (A) flautista;
- (B) nortista;
- (C) individualista;
- (D) ametista;
- (E) recepcionista.

## 3. FGV - 2024

Em todas as frases abaixo há um par de palavras sublinhado; a frase em que a inversão de posição desses termos provoca uma mudança de significado, é:

- (A) Até os deuses gostam das próprias piadas;
- (B) O inferno está cheio de boas intenções;
- (C) Inútil interrogar o céu: ele tem respostas rápidas;
- (D) Deus pendura os maiores pesos nas asas menores;
- (E) Os deuses ocupam-se das coisas grandes.

## 4. FGV - 2023

Assinale a frase em que, ao contrário das demais, os adjetivos sublinhados mostram valores diferentes, mas não opostos.

- (A) A moda é válida em coisas menores, como roupa. No pensamento e na arte é abominável.
- (B) Em cada homem gordo está preso um homem magro querendo desesperadamente se libertar.
- (C) Mente sã em corpo são.
- (D) O estilo é um modo muito simples de dizer coisas complicadas.
- (E) Desonestidade é o abandono de uma vantagem permanente por uma vantagem temporária.

**5. FGV - 2024**

Nos verbos regulares as formas do infinitivo pessoal e do futuro do subjuntivo são idênticas; assinale a frase em que a forma sublinhada exemplifica o futuro do subjuntivo.

- (A) Saber escolher o tempo é saber economizar tempo.
- (B) Os que empregam mal seu tempo são os primeiros a se queixar de sua brevidade.
- (C) Se chegar antes da hora, haverá tempo perdido.
- (D) Esperar é desmentir o futuro.
- (E) Há menos por descobrir do que por inventar.

**6. FGV - 2023**

Conto o que me contaram. (Heródoto)

Assinale a opção que apresenta as duas formas verbais que podem substituir corretamente as formas sublinhadas, mantendo-se os tempos verbais.

- (A) Divulguei / divulgaram.
- (B) Comunico / comunicam.
- (C) Expressei / expressaram.
- (D) Falo / falam.
- (E) Digo / disseram.

**7. FGV - 2023**

A maioria das palavras mostra vários significados (polissemia), o que também ocorre com as preposições.

Indique a frase em que a preposição PARA tem seu significado corretamente indicado.

- (A) Meu sonho é ir para a Europa / finalidade.
- (B) Saiu para comprar roupas de frio / direção.
- (C) Estava para sair quando chegaram as visitas / proximidade.
- (D) O ônibus era para cinquenta passageiros / interesse.
- (E) Para os pássaros, o canto faz parte da vida / destinação.

**8. FGV - 2023**

As preposições em língua portuguesa podem ser notionais, quando colaboram semanticamente com a frase, e gramaticais, quando são exigidas pela regência de algum termo anterior.

Assinale a frase em que a preposição sublinhada mostra valor gramatical.

- (A) A verdadeira glória de um vencedor é a de ser clemente.
- (B) A frase é a toaleta do espírito.
- (C) As mulheres não sabem o que dizer no fim de um amor.

- (D) O hábito é o grande guia da vida humana.
- (E) Os fatos devem provar a bondade das palavras.

**9. FGV - 2024**

Entre as frases abaixo, assinale aquela que identifica corretamente a relação lógica entre os segmentos destacados.

- (A) Não tenhamos pressa, / mas não percamos tempo. – Explicação.
- (B) A muleta do tempo é mais trabalhadora / que a rápida clava de Hércules. - Comparação.
- (C) Há pessoas tão chatas / que nos fazem perder um dia em cinco minutos. – Conclusão.
- (D) Não somos nós quem perdemos tempo. / É o tempo que nos perde. – Concessão.
- (E) À medida que tenho menos tempo para praticar as coisas, / menos curiosidade tenho por aprendê-las. – Consequência.

**10. FGV - 2024**

Assinale a frase em que a conjunção E tem valor adversativo.

- (A) O conselho da mulher é pouco e quem não o aceita é louco.
- (B) Mulheres e elefantes nunca esquecem.
- (C) A mulher é volúvel como uma pena ao vento, muda de palavra e de pensamento.
- (D) Homens são como computadores: difíceis de se configurar e nunca têm memória suficiente.
- (E) O homem é um ser prodigiosamente ondulante e variável.

**11. FGV - 2023**

Em todas as frases abaixo aparece a conjunção e sublinhada. Assinale a frase em que ela é empregada com valor adversativo.

- (A) Vida: um espaço de tempo cuja primeira metade é arruinada por nossos pais e a segunda metade, por nossos filhos.
- (B) Uma casa é feita de tijolo e pedra. Um lar é feito apenas de amor.
- (C) Esculpir: eu escolho um bloco de mármore e retiro tudo o que não preciso.
- (D) Arte é fazer alguma coisa do nada e vendê-la.
- (E) Nada tenho a dizer e estou dizendo-o. Tal é a poesia.

**12. FGV - 2024**

A frase abaixo que mostra uma estrutura de antíteses, ou seja, mostra palavras de significados opostos, é:

- (A) Quanto menos tempo se tem, mais tempo se encontra;
- (B) As pessoas que não fazem nada nunca têm tempo;
- (C) Nós matamos o tempo, mas ele nos enterra;
- (D) Os amigos se mantêm perto; os adversários, mais perto ainda;
- (E) O tempo perdido não se encontra nunca mais.

**13. FGV - 2024**

As frases abaixo mostram vocábulos idênticos repetidos. Assinale a frase em que esses vocábulos mostram significados idênticos.

- (A) Dizem que sonho dá dor de barriga, mas eu nunca tive. O que dá dor de barriga é a comida do Itamaraty.
- (B) A adversidade leva alguns homens a quebrar; a outros, leva a quebrar recordes.
- (C) Máquina caprichosa é o cérebro humano. Ele começa a trabalhar quando a gente dorme e para de funcionar quando a gente vai trabalhar.
- (D) O cérebro é o órgão com que pensamos que pensamos.
- (E) Antes de casar eu tinha três teorias sobre educar crianças. Agora eu tenho três crianças e nenhuma teoria.

**14. FGV - 2023**

*Os textos usados na prova de Língua Portuguesa podem conter uma abordagem sociológica que não necessariamente reflete o tratamento dado pelo ordenamento jurídico quanto ao tema da segurança pública.*

**Atenção: o texto a seguir refere-se a próxima questão.**

“A segurança pública, de forma conceitual, é uma atividade que deve ser prestada pelos órgãos estatais e pela comunidade como um todo que visa proteger a cidadania, de forma a prevenir e controlar atos de criminalidade. Sendo que essa prestação efetiva garante o exercício pleno da cidadania nos limites da lei. Dada a importância constitucional desse serviço é que se conclui que o mesmo não pode ser executado de qualquer forma e sim de modo satisfatório, pois, quando não o é, a sociedade fica sujeita a diversos tipos de violência em diversas proporções, em que bens jurídicos como o patrimônio e a vida são gravemente violados. Por conseguinte, instituindo-se um caos de agressividade.”

*(Jus.com.br / 28-07-2015)*

Algumas palavras presentes no texto foram selecionadas abaixo.

Assinale a opção que mostra um sinônimo adequado para a palavra selecionada.

- (A) atividade / profissão.
- (B) comunidade / vizinhança.
- (C) sociedade / população.
- (D) agressividade / marginalidade.

**15. FGV - 2023**

*“Hipótese é uma coisa que não é, mas a gente faz de conta que é, para ver como seria se ela fosse.”*

Se substituirmos a oração reduzida sublinhada por sua forma desenvolvida correspondente, a opção correta será

- (A) para que vejamos.
- (B) para que víssemos.
- (C) para vermos.
- (D) para virmos.
- (E) para que vimos.

**16. FGV - 2023**

Texto 1

**O caminho da alimentação saudável**

*Nova rotulagem da Anvisa é bem-vinda, mas alguém de seu potencial*

Carlos Augusto Monteiro

Laís Amaral Mais

Desde outubro de 2022, o consumidor brasileiro vem se deparando com mudanças nas embalagens de alimentos nos mercados. Trata-se do novo modelo de rotulagem nutricional determinado pela Anvisa.

O uso do padrão é válido para produtos alimentícios lançados a partir de 9 de outubro; para aqueles já existentes, o prazo para adequação pode ser de um a três anos a partir da mesma data, dependendo da natureza do produto.<sup>a</sup>

O modelo traz novidades importantes. A principal é a inclusão de um ícone de lupa, indicando alto teor de gordura saturada, açúcar adicionado e sódio — cuja ingestão excessiva aumenta o risco de doenças crônicas<sup>b</sup>. Além disso, padroniza o design da tabela nutricional e mostra valores nutricionais do alimento com base em porções de 100 g ou 100 ml, facilitando comparações entre produtos semelhantes de marcas distintas.

A adoção é um avanço. O rótulo de um alimento traz informações que orientam o consumidor sobre os componentes do produto, interferindo na decisão de compra. A escolha da nova rotulagem, no entanto, poderia — e deveria — ter ido além.

Na teoria, a função do ícone da lupa é informar o consumidor sobre a composição dos alimentos. Na prática, a iniciativa deveria apoiar escolhas alimentares mais saudáveis.

dáveis. Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, um caminho simples para manter uma alimentação saudável é evitar o consumo de ultraprocessados. São opções que contêm pouco ou nenhum alimento inteiro, sendo feitas majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (como amido do milho ou proteína da soja).<sup>c</sup> Por isso, é comum que sejam adicionados corantes, aromatizantes e outros aditivos que os deixam atraentes.<sup>d</sup>

Eles também costumam ter excesso de açúcar, gordura saturada e sódio. Dessa forma, uma grande parte dos alimentos aptos a levar o selo da lupa é composta de ultraprocessados. Ainda assim, muitos alimentos nocivos à saúde podem passar incólumes, já que o perfil nutricional — ou seja, os limites para cada nutriente crítico — escolhido pela Anvisa é demasiado permissivo.

Para receber um rótulo de “alto em sódio” no Brasil, por exemplo, um alimento precisa ter ao menos 600 mg do nutriente a cada 100 g de produto.<sup>e</sup> Em comparação, o perfil nutricional da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) atrela a quantidade de sódio ao total calórico do produto. Na prática, a diferença é notável: no caso de um caldo de galinha em cubos, o modelo da Anvisa tolera o dobro de sódio aceito pela Opas.

Brechas como essa, aliadas à publicidade já costumeira desses produtos, podem seguir provocando confusão ao consumidor. Mais que mostrar excessos em nutrientes, é necessário ajudar a população a identificar os ultraprocessados. Isso poderia ocorrer facilmente com o destaque da presença de certos tipos de aditivos alimentares. Afinal, nenhum alimento feito com comida de verdade precisa de “aroma idêntico ao natural de morango”.

Para além das mudanças na rotulagem, o Brasil pode seguir o exemplo do Chile, que, junto às regras, implementou políticas públicas de alimentação saudável. A iniciativa inclui campanhas educativas e a regulação da publicidade e da venda de produtos não saudáveis a crianças. São ações que beneficiariam largamente a alimentação e a saúde no Brasil.

Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/01/o-caminho-da-alimentacao-saudavel.shtml> Acesso em: 13/05/2023

Os textos das alternativas a seguir são reescrituras de passagens do texto 1. O único caso em que a modificação realizada resultou em erro relativo ao emprego de um ou mais sinais de pontuação é:

- (A) “[...] para aqueles já existentes, o prazo para adequação pode ser de um a três anos a partir da mesma data, dependendo da natureza do produto.” > Para aqueles já existentes, o prazo para adequação pode ser de um a três anos a partir da mesma data (dependendo da natureza do produto).
- (B) “A principal é a inclusão de um ícone de lupa, indi-

cando alto teor de gordura saturada, açúcar adicionado e sódio — cuja ingestão excessiva aumenta o risco de doenças crônicas”. > A principal é a inclusão de um ícone de lupa, indicando alto teor de gordura saturada, açúcar adicionado e sódio, cuja ingestão excessiva aumenta o risco de doenças crônicas.

(C) “São opções que contêm pouco ou nenhum alimento inteiro, sendo feitas majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos (como amido do milho ou proteína da soja).” > São opções que contêm pouco ou nenhum alimento inteiro, sendo feitas majoritariamente de substâncias extraídas de alimentos — como amido do milho ou proteína da soja.

(D) “Por isso, é comum que sejam adicionados corantes, aromatizantes e outros aditivos que os deixam atraentes”. > Por isso, é comum, que sejam adicionados corantes, aromatizantes e outros aditivos, que os deixam atraentes.

(E) “Para receber um rótulo de ‘alto em sódio’ no Brasil, por exemplo, um alimento precisa ter ao menos 600 mg do nutriente a cada 100 g de produto.” > Para receber um rótulo de “alto em sódio” no Brasil, por exemplo, um alimento precisa ter, ao menos, 600 mg do nutriente a cada 100 g de produto.

#### 17. FGV - 2024

Assinale a frase em que a utilização do acento grave indicativo da crase é realizada de forma errada.

- (A) Pensa de manhã. Age ao meio-dia. Come à tarde. Dorme à noite.
- (B) Se você de fato leva à sério a preparação de seu filho para o futuro, não lhe ensine a subtrair – ensine a deduzir.
- (C) A perspicácia de um momento às vezes vale a experiência de uma vida.
- (D) O tempo presente é semelhante à massa de argila; o tempo passado, ao pó; e o tempo futuro ao cântaro.
- (E) O passado e o futuro nada são se comparados à severidade do hoje.

#### 18. FGV - 2024

Observe os termos sublinhados no texto abaixo:

“Só o cavaleiro que (1) conseguisse vencer o gigante Morholt poderia salvar o país, mas ninguém havia até então ousado desafiar um guerreiro tão poderoso. Corajosamente, Tristão apresentou-se para enfrentá-lo. Eles se dirigiram então para a ilha de Santo-Tomás para aí se defrontarem. Armado cada um com uma espada, os dois combatentes se enfrentaram: Tristão não pôde evitar a arma de seu adversário que (2) lhe transpassou a coxa,

# RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

## 1. FGV - 2022

Em uma lista de 5 números, um deles é o 22. A média desses 5 números é 30.

Se o número 22 for retirado da lista, a média dos 4 números restantes será

- (A) 26.
- (B) 28.
- (C) 31.
- (D) 32.
- (E) 34.

## 2. FGV - 2022

A média harmônica de um conjunto de números diferentes de zero é o inverso da média dos inversos dos números dados.

Considere os números 2, 4 e 6. A média harmônica desses três números é

- (A)  $\frac{12}{11}$
- (B)  $\frac{24}{11}$
- (C)  $\frac{36}{11}$
- (D)  $\frac{48}{11}$
- (E)  $\frac{54}{11}$

## 3. FGV - 2022

Os alunos de uma turma estavam se preparando para um concurso. Constatou-se que: a terça parte do total de alunos torce pelo Manaus FC, a quarta parte do total de alunos torce pelo Nacional-AM, e os 35 alunos restantes torcem por outros clubes ou não são ligados em futebol.

O número de alunos dessa turma que torcem pelo Manaus FC é

- (A) 21.
- (B) 25.
- (C) 26.

- (D) 28.
- (E) 35.

## 4. FGV - 2022

Uma empresa com 14 funcionários recebeu R\$ 45.000,00 por um projeto realizado. Desse valor, separou a terça parte para o pagamento dos fornecedores e a quinta parte para o pagamento de impostos. O restante foi dividido igualmente entre os funcionários.

O valor em reais recebido por cada funcionário foi

- (A) 1200.
- (B) 1400.
- (C) 1500.
- (D) 1600.
- (E) 1800.

## 5. FGV - 2022

Considere os produtos:

$$S = \left(1 + \frac{1}{2}\right)\left(1 + \frac{1}{3}\right)\left(1 + \frac{1}{4}\right)\left(1 + \frac{1}{5}\right) \cdots \left(1 + \frac{1}{2022}\right)$$

$$D = \left(1 - \frac{1}{2}\right)\left(1 - \frac{1}{3}\right)\left(1 - \frac{1}{4}\right)\left(1 - \frac{1}{5}\right) \cdots \left(1 - \frac{1}{2022}\right)$$

O produto  $SD$  é igual a 2022

- (A)  $\frac{2023}{2022}$
- (B)  $\frac{2023}{4044}$
- (C)  $\frac{2022}{2023}$
- (D)  $\frac{4044}{2023}$
- (E) 1.

**6. FGV - 2022**

A vazão de uma mangueira de bombeiro pode ser calculada, de forma aproximada, pela fórmula  $Q = 0,2 \cdot D^2 \cdot \sqrt{H}$  onde

$Q$  é a vazão em litros por minuto,

$D$  é o diâmetro mínimo do esguicho em milímetros e

$H$  é a pressão dinâmica em metros de coluna de água (mca).

Uma mangueira com diâmetro mínimo de esguicho de 38 mm e pressão dinâmica de 25 mca, ficou ligada por meia hora.

A quantidade de água que passou por essa mangueira nessa meia hora foi cerca de

- (A) 36.000 litros.
- (B) 40.000 litros.
- (C) 43.000 litros.
- (D) 47.000 litros.
- (E) 51.000 litros.

**7. FGV - 2024**

A figura abaixo mostra uma tabela com duas linhas e duas colunas.


Os números 1, 2, 3, 4 deverão ser colocados, um em cada quadrícula, de forma que em cada coluna, o número de cima seja menor que o de baixo.

O número de maneiras de preencher essa tabela é

- (A) 2.
- (B) 4.
- (C) 6.
- (D) 8.
- (E) 16.

**8. FGV - 2024**

Em um encontro de 7 pessoas, 4 delas se conheciam mutuamente e as outras 3 não conheciam ninguém.

Pessoas que se conheciam se cumprimentaram com um abraço e pessoas que não se conheciam se cumprimentaram com um aperto de mãos. O número de apertos de mãos que ocorreram nesse encontro foi:

- (A) 3;
- (B) 7;
- (C) 12;
- (D) 14;
- (E) 15.

**9. FGV - 2022**

O número de anagramas da palavra CONCURSO que começam por C ou terminam por O é:

- (A) 1.260;
- (B) 1.440;
- (C) 4.320;
- (D) 5.040;
- (E) 10.080.

**10. FGV - 2022**

Valter entrou em uma loja e ficou interessado em quatro produtos: A, B, C e D. Os preços unitários em reais estão na tabela abaixo:

Produto	Preço em reais
A	10
B	20
C	30
D	50

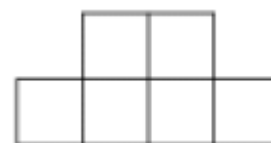
Valter gastou 60 reais comprando alguns desses produtos.

O número de maneiras diferentes em que Valter pode ter efetuado sua compra é

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

**11. FGV - 2022**

Em um jogo, as peças têm a forma abaixo, formada por 6 quadrinhos.



Na primeira fase do jogo, as peças devem ter exatamente 2 quadrinhos pretos e os outros brancos, mas os dois quadrinhos pretos não podem ser vizinhos, ou seja, não podem ter um lado em comum.

O número de peças diferentes na primeira fase desse jogo é

- (A) 9.
- (B) 10.
- (C) 12.
- (D) 14.
- (E) 16.



**12. FGV - 2022**

A quantidade de números de 4 algarismos diferentes que são maiores do que 3000 e menores do que 9000 é

- (A) 6004.
- (B) 4084.
- (C) 3024.
- (D) 2094.
- (E) 2064.

**13. FGV - 2024**

Aristarco avalia o poder de compra de seu salário mensal calculando, no dia do pagamento, quantos quilogramas de café em pó da marca YYZ ele consegue comprar com todo esse dinheiro.

Certo mês, ao fazer essa avaliação, observou que, com relação à avaliação do mês anterior:

- o preço do quilograma do café havia aumentado 32% passando a custar R\$ 47,52; e
- o seu salário mensal havia aumentado 10%.

Com tais alterações, o poder de compra do salário mensal de Aristarco passou a ser de 100 quilogramas do café.

No mês anterior, tal poder de compra, em quilogramas do café usado como referência, era um número inteiro divisível por

- (A) 15.
- (B) 13.
- (C) 11.
- (D) 9.
- (E) 7.

**14. FGV - 2024**

Na empresa W, todo funcionário pertence a uma, e apenas uma, entre as 3 categorias existentes. Um funcionário de W pode ou não ter gratificação salarial adicional. O quadro abaixo apresenta, de forma incompleta, a distribuição percentual desses funcionários de acordo com a categoria e a existência da gratificação. Vê-se, por exemplo, que 70% dos funcionários de W não possuem gratificação salarial.

	Com Gratificação	Sem Gratificação
Categoria 1	11%	
Categoria 2		22%
Categoria 3	7%	
<b>Total</b>		<b>70%</b>

Se, nessa empresa, a quantidade de funcionários na Categoria 1 é o dobro da quantidade de funcionários na Categoria 3, então, entre os funcionários na Categoria 1, a porcentagem daqueles que possuem gratificação é

- (A) 44%.
- (B) 33%.
- (C) 25%.
- (D) 15%.
- (E) 11%.

**15. FGV - 2024**

Laura recebeu certa quantia. Gastou 40% dela e, do restante, depositou 30% na poupança.

Após essas operações, em relação à quantia recebida, Laura ficou ainda com:

- (A) 30%;
- (B) 36%;
- (C) 42%;
- (D) 48%;
- (E) 52%.

**16. FGV - 2023**

Joana gastou 30% da sua mesada comprando chocolates e 40% do que sobrou comprando livros.

Da sua mesada total, Joana ainda tem:

- (A) 28%;
- (B) 30%;
- (C) 36%;
- (D) 42%;
- (E) 54%.

**17. FGV - 2023**

Uma caixa contém uma mistura homogênea de água e polpa de frutas. O fabricante informa que 90% do volume da mistura corresponde à água. Metade do conteúdo dessa caixa é despejado em uma jarra inicialmente vazia, de modo que a jarra passa a conter 324mL de água.

O volume original da mistura na caixa era igual a

- (A) 360mL.
- (B) 648mL.
- (C) 684mL.
- (D) 720mL.
- (E) 756mL.

**18. FGV - 2023**

Em julho o preço de um produto teve um aumento de 30% em relação ao preço de junho. Em agosto, como as vendas haviam caído, seu preço diminuiu em 10% em relação ao preço de julho.

Em relação ao preço de junho, o preço de agosto desse produto teve um aumento real de:

- (A) 15%.
- (B) 16%.
- (C) 17%.
- (D) 18%.
- (E) 20%.

**19. FGV - 2022**

A Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas registrou as ocorrências de roubo de veículos em Manaus nos últimos anos. No ano de 2019 foram 2440 ocorrências e no ano seguinte, 1880.

Nesse período, as ocorrências de roubo de veículos em Manaus diminuíram em cerca de

- (A) 14%.
- (B) 17%.
- (C) 20%.
- (D) 23%.
- (E) 26%.

**20. FGV - 2022**

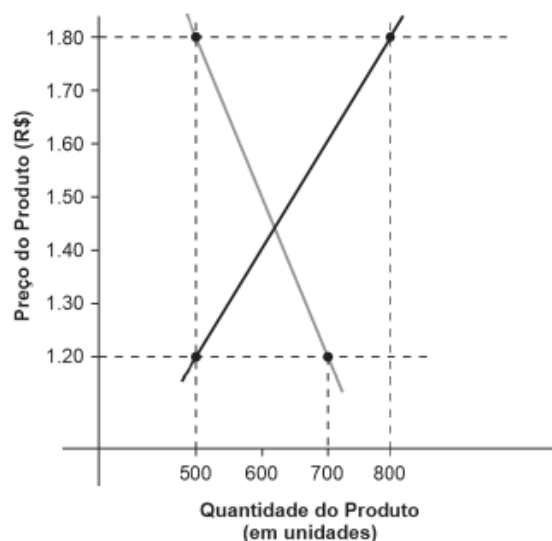
Criada por Adam Smith, a Lei da Oferta e da Demanda tenta explicar o que determina o preço e a quantidade de um produto no mercado.

Em linhas gerais, ela estabelece que

- quanto menor for o preço, maior será a procura (demanda) pelos consumidores; e
- quanto maior for o preço, maior será a oferta por parte de quem vende.

O Preço de Equilíbrio é o único preço em que as expectativas dos consumidores e dos vendedores concordam. É exatamente nesse valor que a quantidade demandada equivale à quantidade ofertada.

O gráfico a seguir ilustra as Curvas de Demanda e Oferta de certo produto além de informar as coordenadas cartesianas de pontos pertencentes a essas curvas.



Dado que essas curvas de demanda e oferta estão representadas por retas, é possível estabelecer as respectivas equações e, por meio de um sistema, encontrar o preço de equilíbrio, que vale

- (A) R\$ 1,41.
- (B) R\$ 1,42.
- (C) R\$ 1,43.
- (D) R\$ 1,44.
- (E) R\$ 1,45.

**21. FGV - 2024**

As medidas dos ângulos internos de um quadrilátero convexo são inversamente proporcionais a 2, 3, 4 e 6. A diferença entre as medidas do maior e do menor ângulo, nessa ordem, é igual a

- (A) 96°.
- (B) 93°.
- (C) 87°.
- (D) 84°.
- (E) 81°.

**22. FGV - 2022**

Em um grupo de pessoas, há somente amazonenses, paraenses e cariocas. Para cada paraense há dois amazonenses e para cada três amazonenses há dois cariocas.

Em relação ao total de pessoas no grupo, os amazonenses representam

- (A)  $\frac{3}{5}$
- (B)  $\frac{4}{7}$

# NOÇÕES DE INFORMÁTICA

## 1. FGV - 2023

Considere as seguintes afirmativas a respeito das memórias volátil e permanente em notebooks de entrada.

I. Para notebooks de entrada, é comum encontrar configurações com entre 4TB e 16TB de memória RAM.

II. Há uma tendência de substituir discos rígidos por drives SSD nos modelos mais recentes.

III. A capacidade de processar um número maior de programas concomitantemente, e um melhor desempenho de um notebook, está relacionada à expansão da memória RAM instalada.

Está correto somente o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

## 2. FGV - 2022

Leia o fragmento a seguir.

*“A gerência de \_\_\_\_\_ tem como objetivo fornecer a cada aplicação uma área de memória própria, independente e isolada das demais aplicações e inclusive do sistema operacional. Uma importante abstração construída pela gerência, com o auxílio do hardware, é a noção de \_\_\_\_\_ que desvincula os endereços de memória vistos por cada aplicação dos endereços acessados pelo \_\_\_\_\_ na memória RAM.”*

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) memória – máquina virtual – periférico
- (B) processos – memória virtual – usuário
- (C) memória – memória virtual – processador
- (D) processador – endereçamento lógico – processo
- (E) processos – endereçamento lógico – dispositivo

## 3. FGV - 2022

Com relação a funcionalidade do BIOS de um computador, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e F para a falsa.

( ) Realiza o *Power-Off Self-Test* (POST) durante a finalização do sistema para verificar se processadores, memórias e controladora de vídeo funcionaram adequadamente.

( ) Quando a energia do gabinete é desligada, a bateria da placa-mãe fornece a energia necessária para o CMOS manter os valores de configuração do BIOS.

( ) Todos os modelos de placa-mãe possuem BIOS que detectam automaticamente as frequências de operação da CPU, barramentos e memória, de acordo com o modelo instalado.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

## 4. FGV - 2024

O teclado é o principal dispositivo de entrada de um computador.

Os teclados contendo teclas de atalho do Windows são os mais utilizados atualmente. Teclas são, via de regra, um interruptor, uma chave elétrica que, quando pressionada, faz contato entre dois pontos. A maneira como essa chave é construída classifica o tipo do teclado. No Brasil, teclados podem ser encontrados com duas disposições de teclas: layout norte-americano ou layout brasileiro (também chamado ABNT, Associação Brasileira de Normas Técnicas).

A quantidade de teclas que o teclado ABNT2 possui são:

- (A) 100;
- (B) 104;
- (C) 106;
- (D) 107;
- (E) 110.

**5. FGV - 2023**

Os monitores de vídeo podem ter diferentes resoluções de exibição.

Assinale a resolução que corresponde, em pixels, à de vídeo 4K (UHD).

- (A) 1280 x 1080
- (B) 1280 x 720
- (C) 1920 x 1080
- (D) 3840 x 2160
- (E) 7680 x 4320

**6. FGV - 2023**

Marta estava usando um aplicativo quando notou que o programa parou de responder e sua janela no Windows não atendia ao comando de fechamento por meio do ícone X no canto superior direito.

Assinale a opção que apresenta o componente/aplicativo do Windows adequado para que Maria encerre rapidamente esse aplicativo.

- (A) Agendador de Tarefas.
- (B) Gerenciador de Tarefas.
- (C) Explorador de Arquivos.
- (D) Configuração do Sistema.
- (E) Limpeza de Disco.

**7. FGV - 2023**

No Windows 10, o Gerenciador de Tarefas exibe, na aba Serviços, uma lista de itens, alguns ativos e outros não.

Assinale a definição adequada para o conceito de serviço no Windows.

- (A) Um aplicativo iniciado pelo usuário do computador, como o Word ou o Excel.
- (B) Um conjunto de aplicativos que são acionados coordenadamente sempre que ocorrem erros no sistema operacional.
- (C) Um processo que executa tarefas específicas em segundo plano (background), enquanto o sistema funciona.
- (D) Uma ferramenta especializada que coleta estatísticas a respeito da utilização do computador, periodicamente enviadas para o suporte do fabricante.
- (E) Uma ferramenta que abastece os logs (histórico) do sistema.

**8. FGV - 2023**

Joana e Caio utilizam o mesmo computador na empresa onde trabalham com o Windows 10. Cada um tem o seu login próprio, com configurações distintas. O caminho mais rápido e prático para efetuar a troca de usuário.

- (A) abrir o *Gerenciador de Tarefas* na guia Processos.
- (B) clicar no nome do novo usuário em *Acesso Rápido* por meio do *Explorador de Arquivos*.
- (C) no menu *Desligar ou sair*, escolher a opção Reiniciar.
- (D) no menu *Desligar ou sair*, escolher a opção Suspender.
- (E) usar a combinação de teclas Ctrl-Alt-Del.

**9. FGV - 2023**

Assinale o benefício que é obtido pela *Ferramenta Administrativa* do Windows 10 conhecida como *Desfragmentar e Otimizar Unidades*.

- (A) Acessar os arquivos com mais eficiência.
- (B) Aumentar a segurança dos arquivos.
- (C) Eliminar cópias de arquivos redundantes.
- (D) Eliminar pastas subutilizadas.
- (E) Reorganizar as pastas de arquivos.

**10. FGV - 2022**

No Windows 10, a utilização da ferramenta administrativa intitulada Defender Firewall volta-se para aspectos referentes

- (A) à segurança do computador.
- (B) ao controle das contas dos usuários.
- (C) ao gerenciamento de memória.
- (D) ao gerenciamento do sistema de arquivos.
- (E) às políticas de backup e recuperação pós falhas.

**11. FGV - 2022**

No Windows 10, a Barra de Tarefas serve diretamente, dentre outras finalidades, para

- (A) desinstalar aplicativos.
- (B) desligar/suspender o computador.
- (C) fixar/abrir aplicativos frequentemente utilizados.
- (D) gerenciar as contas (login) dos usuários do Windows.
- (E) instalar aplicativos.

**12. FGV - 2022**

Observe o ícone a seguir, utilizado pelo Windows 10 na *Barra de Tarefas*.



Assinale a função principal decorrente do acionamento desse ícone.

- (A) Abrir as opções de configuração da impressora.
- (B) Abrir as opções de configuração da tela.
- (C) Exibir uma visão geral das tarefas ativas.
- (D) Abrir o *Explorador de Arquivos*.
- (E) Minimizar a janela correntemente ativa.

**13. FGV - 2022**

Assinale a opção mais prática e rápida para inserir imagens, integralmente ou em recortes, oriundas de *sites* da Internet e outros tipos de documentos, num documento Word usando o Windows 10.

- (A) Criar *hyperlinks* do Word referenciando as imagens.
- (B) Usar a opção Imagem na guia *Inserir* do Word.
- (C) Usar a Ferramenta de Captura disponível em *Acessórios do Windows* no menu Iniciar.
- (D) Usar a função *PrtScr* no teclado para copiar as imagens.
- (E) Usar operações de *copiar & colar* por meio do teclado.

**14. FGV - 2022**

No âmbito do Windows 10, sobre a Área de Trabalho (Desktop), considere as afirmativas a seguir.

I. Cada usuário do sistema tem sua própria área de trabalho.

II. Os arquivos localizados numa área de trabalho não podem ser visualizados por meio do Explorador de Arquivos.

III. Não é possível ter pastas de arquivos localizadas na área de trabalho.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II, apenas.

**15. FGV - 2024**

Com relação à manipulação de arquivos e pastas, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) Um arquivo pode conter uma ou mais pastas.
- ( ) Uma pasta não pode ser movida para outro local caso não esteja vazia.

( ) O uso de atalhos de arquivos evita a replicação de espaço armazenado por um mesmo arquivo, ao ser acessado por diferentes pastas

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) F – F – F.
- (B) F – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – V – V.

**16. FGV - 2024**

Avalie as seguintes afirmativas sobre gerenciamento de permissões em arquivos e pastas no sistema operacional Windows 11, em sua versão em português:

I. Ao se negar a permissão básica de 'Controle Total' a um usuário em determinada pasta significa que este usuário não poderá gravar nesta pasta, mas poderá 'Ler & Executar' seu conteúdo;

II. Entradas de negação têm precedência sobre entradas de permissão;

III. 'Alterar Permissões' é uma permissão avançada para uma pasta.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I e III.

**17. FGV - 2019**

O símbolo abaixo foi observado em um editor de texto:



Este símbolo indica

- (A) uma quebra de coluna.
- (B) uma quebra de página.
- (C) o cabeçalho de uma tabela.
- (D) o final de um parágrafo.
- (E) um caractere de tabulação.

**18. FGV - 2019**

Considere as afirmativas a seguir sobre o funcionamento de Quebras de Seção no editor de textos Microsoft Word 365, em sua versão em português:

I. O comando Quebra de Seção no modo 'Próxima Página' insere uma quebra de seção e inicia a nova seção na página seguinte.

II. O comando Quebra de Seção no modo 'Contínuo' insere uma quebra de seção em todas as páginas do texto.

III. O comando Quebra de Seção no modo 'Página Par' insere uma quebra de seção na próxima página par apenas.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

**19. FGV - 2019**

O editor de textos Word, parte do pacote de aplicativos Office da Microsoft, permite o uso de conjuntos reutilizáveis de opções de formatação que aplicam aos títulos de um documento atributos tais como tipo, tamanho e cor da fonte. Esses conjuntos de opções de formatação são denominados

- (A) referências.
- (B) correspondências.
- (C) estilos.
- (D) designs.
- (E) layouts.

**20. FGV - 2019**

No MS Word, o recurso *Controlar Alterações*, na guia Revisão, permite que o operador controle todas as alterações feitas no documento, incluindo

- (A) inserções, exclusões e alterações de formatação, apenas.
- (B) inserções e exclusões, apenas.
- (C) alterações de formatação e comentários, apenas.
- (D) inserções, exclusões, alterações de formatação e operações de proteção da planilha.
- (E) inserções, exclusões e referências a outros documentos, apenas.

**21. FGV - 2019**

Analisar o trecho do documento MS Word exibido a seguir.

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur  
adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt  
ut labore et dolore magna aliqua.

Suponha que Caio tenha selecionado e copiado o trecho acima com as teclas Ctrl + C, e acionado o recurso Colar Especial para colar essa cópia em um documento MS Word em branco, recém-aberto.

A aparência do trecho colado no segundo documento é mostrada a seguir.

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur  
adipiscing elit, sed do eiusmod tempor incididunt  
ut labore et dolore magna aliqua.

Assinale o conjunto de opções do comando Colar Especial que poderiam ter sido usadas indistintamente por Caio, nessa colagem.

- (A) Texto formatado RTF; Texto não formatado; Texto em Unicode sem formatação.
- (B) Mesclar Formatação (M); Manter Formatação Original.
- (C) Mesclar Formatação (M); Texto em Unicode sem formatação.
- (D) Texto formatado RTF; Texto não formatado.
- (E) Texto não formatado; Texto em Unicode sem formatação.

**22. FGV - 2019**

Sobre o recurso *Controlar Alterações*, disponível no MS Word, analise as afirmativas a seguir.

I. Permite controlar alterações feitas no documento, incluindo alterações, exclusões e alterações de formatação.

II. Permite controlar a evolução das versões de um arquivo contendo um documento Word, nomeando-as automaticamente com uma sequência numérica.

III. Permite o bloqueio de trechos do documento, que passam a ser editados apenas pelos usuários autorizados.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

# LEGISLAÇÃO ESTADUAL

## 1. FGV - 2017

José, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de assistente técnico-administrativo do Ministério Público da Bahia, foi aposentado por invalidez, no ano de 2016. Ocorre que, no ano de 2017, os motivos determinantes de sua aposentadoria foram declarados insubsistentes por junta médica oficial.

Dessa forma, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, a Administração Pública determinou o retorno de José ao trabalho, mediante:

- (A) o aproveitamento, no mesmo cargo ou em cargo de atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado;
- (B) a reversão, no mesmo cargo ou no cargo resultante da transformação, permanecendo o servidor em disponibilidade remunerada enquanto não houver vaga;
- (C) a reintegração, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em cargo resultante da transformação com atribuições e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado;
- (D) a recondução, sem direito à indenização, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em outro cargo dentro da mesma carreira com remuneração compatível com o anteriormente ocupado;
- (E) a readaptação, em cargo com novas atribuições, compatíveis com a limitação que o servidor tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, garantida a remuneração do cargo de que é titular.

## 2. FGV - 2015

Rafael, servidor público estadual ocupante de cargo efetivo, foi demitido. Inconformado, ajuizou ação judicial e obteve a anulação de sua demissão, porque não foram observados o contraditório e a ampla defesa no curso do processo administrativo disciplinar. O retorno de Rafael ao cargo efetivo de origem, por força de decisão judicial transitada em julgado, é conhecido como:

- (A) aproveitamento;
- (B) reintegração;
- (C) recondução;
- (D) readaptação;
- (E) recolocação.

## 3. FGV - 2015

Antônio, servidor público efetivo estadual, sofreu um acidente automobilístico que lhe causou limitações em sua capacidade física, conforme comprovado por junta médica oficial. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, o cometimento ao servidor Antônio de novas atribuições, compatíveis com a citada limitação, garantida a remuneração do cargo de que é titular, é a:

- (A) reversão;
- (B) recondução;
- (C) aproveitamento;
- (D) reintegração;
- (E) readaptação.

## 4. FGV - 2015

Carmem, servidora pública estadual ocupante de cargo efetivo, foi aposentada por invalidez por doença psiquiátrica. Meses depois, Carmem se recuperou da enfermidade e, desejando regressar ao serviço público, ajuizou ação ordinária em face do Estado da Bahia. Durante a instrução probatória, por meio de perícia judicial que ratificou a nova conclusão de junta médica oficial, restou comprovado que Carmem se curou completamente da doença e está apta a voltar ao trabalho. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, no caso em tela:

- (A) não é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, porque a aposentadoria por invalidez é ato irrevogável;
- (B) não é cabível o retorno de Carmem ao serviço público por determinação judicial, mas somente por vontade do próprio poder público estadual;
- (C) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da reintegração;
- (D) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da reversão;
- (E) é cabível o retorno de Carmem ao serviço público, por meio da readaptação.

**5. FGV - 2014**

No que diz respeito à movimentação funcional dos servidores públicos civis do estado, a Lei Estadual n. 6.677/94 dispõe que

(A) a nomeação para qualquer cargo de classe inicial de carreira independe de prévia habilitação em concurso público.

(B) a recondução é o cometimento de novas atribuições, compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, garantida a remuneração do cargo de que é titular.

(C) a readaptação é o retorno do servidor estável, sem direito à indenização, ao cargo anteriormente ocupado dentro da mesma carreira, em decorrência de reintegração do anterior ocupante.

(D) a promoção é a elevação do servidor ocupante de cargo de provimento permanente, dentro da categoria funcional a que pertence pelos critérios de merecimento e antiguidade.

(E) a reintegração é o retorno do aposentado por invalidez, quando os motivos da aposentadoria forem declarados insubsistentes.

**6. FGV - 2014**

Análise as afirmativas a seguir, tendo em vista a disciplina da Lei nº 6.677/94 sobre a posse do servidor.

I. A posse apenas ocorre mediante a presença do nomeado.

II. O prazo para a posse será de 30 dias da data da publicação do ato de nomeação, independentemente de estar o servidor de licença.

III. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica.

Assinale:

(A) se apenas a afirmativa I estiver correta.

(B) se apenas a afirmativa II estiver correta.

(C) se apenas a afirmativa III estiver correta.

(D) se todas as afirmativas I e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**7. FGV - 2014**

Conforme dispõe a Lei nº 6.677/94, o servidor nomeado para o cargo de provimento permanente ficará sujeito a estágio probatório, período no qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para desempenho do cargo.

Durante o referido período, deve ser observado o seguinte fator:

(A) vida pregressa.

(B) comportamento social.

(C) capacidade de iniciativa.

(D) desempenho de atividade física.

(E) aprovações em posteriores certames públicos.

**8. FGV - 2010**

Assinale a afirmativa **INCORRETA** a respeito do regime jurídico do servidor público.

(A) O servidor estável somente perderá o cargo em virtude de sentença transitada em julgado.

(B) É condição para a aquisição da estabilidade a avaliação especial de desempenho.

(C) O servidor ficará em disponibilidade se seu cargo for extinto.

(D) O servidor estável somente será reintegrado ao seu cargo se invalidada sua demissão por sentença judicial.

(E) O servidor estável, na condição de ocupante da vaga de outro que foi reintegrado, será reconduzido ao cargo de origem; entretanto, com direito à indenização.

**9. FGV - 2015**

José, servidor da Justiça Estadual da Bahia, ocupante de cargo efetivo, requereu sua remoção da Comarca de Salvador para a Comarca de Vitória da conquista. Seu pleito foi indeferido pelo órgão competente, sob a alegação de prejuízo à continuidade do serviço público, eis que a ara na qual estava lotado originariamente já estava

com carência de pessoal. Inconformado com tal decisão, José manejou ação judicial, tentando conseguir sua remoção. No caso em tela:

(A) assiste razão a José, porque possui direito público subjetivo a ser lotado em Comarca mais próxima de sua residência;

(B) assiste razão a José, desde que já tenha adquirido estabilidade e não tenha sido condenado por infração disciplinar nos últimos 3 (três) anos;

(C) assiste razão a José, desde que comprove que a Comarca de Vitória da Conquista também apresenta carência de pessoal;

(D) não assiste razão a José, porque se trata de ato discricionário, devidamente motivado e calcado no interesse público;

(E) não assiste razão a José, porque se trata de ato vinculado, que sequer precisa ser motivado, pelo princípio da supremacia da administração pública.



**10. FGV - 2014**

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos da Bahia (Lei nº 6.677/1994), assinale a afirmativa correta.

- (A) Posse é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.
- (B) O ocupante do cargo de provimento permanente fica sujeito a 20 (vinte) horas semanais de trabalho, salvo quando a lei estabelecer duração diversa.
- (C) Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
- (D) Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior a três salários mínimos.
- (E) A exoneração será aplicada como penalidade.

**11. FGV - 2017**

Maria, servidora pública civil do Estado da Bahia, no mês passado, permaneceu trabalhando na repartição pública na qual está lotada, pelo período de duas horas a mais por dia, após seu horário regular de expediente (das 18 às 20h), desempenhando tarefas para atender a situação excepcional e temporária, em razão de correção da Corregedoria realizada no início do mês em curso.

No caso em tela, de acordo com a Lei Estadual nº 6.677/1994, Maria:

- (A) não terá direito a qualquer gratificação, diante da ausência de previsão legal;
- (B) não terá direito a qualquer gratificação, eis que não chegou a trabalhar após as 22h;
- (C) terá direito ao adicional noturno, que será remunerado, em regra, com acréscimo de vinte e cinco por cento em relação à hora normal de trabalho;
- (D) terá direito ao adicional por serviço extraordinário, que será remunerado, em regra, com acréscimo de cinquenta por cento em relação à hora normal de trabalho;
- (E) terá direito ao adicional por tempo de serviço extra, que será remunerado, em regra, com acréscimo de vinte e cinco por cento em relação à hora normal de trabalho.

**12. FGV - 2015**

Em matéria de adicional por serviço extraordinário, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia prevê que:

- (A) o serviço extraordinário será remunerado, em regra, com acréscimo de 100% (cem por cento) em relação à hora normal de trabalho;

(B) somente será permitida a realização de serviço extraordinário para atender situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo, em regra, de 2 (duas) horas diárias;

(C) o serviço extraordinário é aquele prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte;

(D) fazem jus a seu recebimento os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas ou com risco de vida;

(E) fazem jus a seu recebimento todos os servidores contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

**13. FGV - 2017**

Maria, servidora pública estável do Estado da Bahia, deu entrada no departamento de recursos humanos em requerimento de concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família, para acompanhar sua avó, acometida de doença grave, conforme comprovado por junta médica oficial.

Consoante dispõe a Lei Estadual nº 6.677/1994, o pleito da servidora:

(A) deve ser deferido, se a assistência direta da servidora for indispensável e ainda que possa ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, com remuneração integral, até seis meses;

(B) deve ser deferido, se a assistência direta da servidora for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo, o que deverá ser apurado através de acompanhamento social;

(C) deve ser deferido, se a assistência direta da servidora for indispensável de acordo com laudo psicológico, permitido o exercício de atividade noturna remunerada durante o período da licença;

(D) não deve ser deferido, eis que a licença por motivo de doença em pessoa da família não abrange avó, e sim cônjuge ou companheiro, pais, filhos, ou menor sob guarda ou tutela da servidora;

(E) não deve ser deferido, eis que a hipótese seria de licença para trato de interesse particular, que é concedida, a critério da administração, pelo prazo de um ano, sem remuneração, prorrogável uma única vez, por igual período.

**14. FGV - 2015**

Em matéria de licença ao servidor, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia (Lei nº 6.677/94) dispõe que a licença:

(A) por motivo de afastamento do cônjuge poderá ser concedida para acompanhar cônjuge ou companheiro, servidor estadual, que for deslocado para outro ponto do Estado ou do país, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo, e será com remuneração;

(B) para prestar o serviço militar obrigatório, na forma e nas condições previstas na legislação específica, será com remuneração integral e, concluído o serviço militar obrigatório, o servidor terá até quinze dias para reassumir o exercício do cargo;

(C) por motivo de doença em pessoa da família será concedida com remuneração integral, até três meses; com dois terços da remuneração, quando exceder a três e não ultrapassar seis meses; e com um terço da remuneração, quando exceder a seis e não ultrapassar doze meses;

(D) prêmio por assiduidade consistirá em um mês a cada período de três anos de exercício efetivo e ininterrupto, sem prejuízo da remuneração, e considerase efetivo exercício o tempo de serviço prestado pelo servidor em qualquer esfera administrativa, desde que sob o regime estatutário;

(E) para tratar de interesse particular será concedida, a critério da administração, pelo prazo de dois anos consecutivos, sem remuneração, prorrogável a requerimento do interessado, conforme discricionariedade da Administração, por sucessivos períodos.

**15. FGV - 2015**

De acordo com a Lei nº 6.677/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia), é cabível licença ao servidor:

(A) atleta selecionado para representar o estado ou o país, durante o período da competição oficial, sem prejuízo da remuneração;

(B) para tratar de interesse particular, pelo prazo de 1 (um) ano, sem remuneração, prorrogável uma única vez, por igual período;

(C) convocado para o serviço militar obrigatório, pelo prazo de 1 (um) ano, sem prejuízo da remuneração;

(D) por motivo de doença de parente até o segundo grau, mediante prévia comprovação por médico ou junta médica oficial, pelo prazo de até 2 (dois) anos, com remuneração integral;

(E) para acompanhar cônjuge ou companheiro, servidor público estadual, que for deslocado para outro ponto do estado ou do país, pelo prazo de até 1 (um) ano, sem prejuízo da remuneração.

**16. FGV - 2014**

Sobre a licença por doença em pessoa da família, de acordo com a Lei n. 6.677/94, analise as afirmativas a seguir.

I. Poderá ser concedida por motivo de doença dos pais, do padrasto ou da madrasta.

II. Somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

III. Durante o período da licença, é vedado o exercício de atividade remunerada.

Assinale:

(A) se somente a afirmativa I estiver correta.

(B) se somente a afirmativa II estiver correta.

(C) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

(D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.

(E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

**17. FGV - 2015**

Em matéria de frequência ao serviço e cumprimento da carga horária, o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia (Lei Estadual nº 6.677/94) estabelece que poderá:

(A) o servidor, sem qualquer prejuízo, ausentar-se do serviço por 3 (três) dias consecutivos, para doação de sangue, desde que comprovado ato por meio de atestado médico;

(B) o servidor ausentar-se do serviço por 15 (quinze) dias consecutivos, por motivo de falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos, desde que comprovados com atestado de óbito;

(C) ser concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade do horário escolar com o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo, exigida a compensação de horários na repartição e respeitada a duração semanal do trabalho;

(D) ser concedido, a critério do chefe imediato, horário especial ao servidor que acumule outro cargo público, desde que não haja prejuízo ao trabalho, respeitado, no mínimo, o cumprimento de 90% (noventa por cento) de ambas as cargas horárias;

# PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL É DE GÊNERO

## 1. FGV - 2024

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito.

Assinale a opção que compreende fundamentos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (B) A construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (C) A garantia do desenvolvimento nacional.
- (D) A erradicação da pobreza.
- (E) A promoção do bem de todos.

## 2. FGV - 2024

Os objetivos fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 delineiam a essência dos propósitos norteadores da nação.

Assinale a opção que compreende objetivo fundamental da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

- (A) Promover a soberania.
- (B) Garantir o desenvolvimento nacional.
- (C) Engajar o pluralismo político.
- (D) Assegurar a dignidade da pessoa humana.
- (E) Fomentar a cidadania.

## 3. FGV - 2024

Os princípios das relações internacionais presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 refletem o compromisso do país com a cooperação pacífica, a autodeterminação dos povos, a não-intervenção e a defesa da paz.

Com relação aos princípios das relações internacionais, analise os itens a seguir.

I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

II. A República Federativa do Brasil orienta suas relações internacionais pelo princípio da redução das desigualdades regionais.

III. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da concessão de asilo político.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) III, apenas.

## 4. FGV - 2024

A República Federativa do Brasil é em um Estado Democrático de Direito, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988.

No que diz respeito à democracia, analise os tópicos a seguir.

I. A Constituição dispõe de instrumentos de democracia participativa, tais como os conselhos, as ouvidorias e o orçamento participativo.

II. A democracia é exercida exclusivamente pelos representantes escolhidos pelo povo, seus legítimos mandatários.

III. A democracia brasileira tem como um de seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

IV. No Brasil há um exemplo de democracia direta, considerando que a Constituição prevê expressamente que o poder emana do povo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, III e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

**5. FGV - 2024**

João, Deputado Federal, observou que o menor desenvolvimento de certas regiões do país contribuía para o aumento da pobreza nesses locais, daí decorrendo grandes diferenças em relação à qualidade de vida dos habitantes de outras regiões. Por tal razão, almeja apresentar uma proposição legislativa com o objetivo de alterar esse quadro.

Ao consultar sua assessoria a respeito da compatibilidade desse objetivo com os princípios fundamentais da Constituição da República, foi **corretamente** informado a João que

- (A) as desigualdades sociais devem ser afastadas a partir do fortalecimento unitário e uniforme da federação, o que impede que João realize os seus objetivos.
- (B) as opções políticas das maiorias ocasionais não são limitadas pela ordem constitucional, o que ampara o objetivo almejado por João.
- (C) as iniciativas legislativas devem ser direcionadas ao desenvolvimento nacional, o que afasta a possibilidade de alvitrada por João.
- (D) o objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais ampara o objetivo almejado por João.
- (E) o paradigma de igualdade entre pessoas e instituições obsta o fim alvitrado por João.

**6. FGV - 2023**

Em uma gincana jurídica, os grupos Alfa, Beta e Ômega foram instados a se manifestar sobre o conteúdo dos princípios fundamentais expressamente veiculados no Título I da Constituição da República de 1988. O grupo Alfa defendeu que a forma de Estado adotada foi mencionada no rol desses princípios. O grupo Beta observou que a forma de governo foi objeto de previsão específica. O grupo Ômega, por sua vez, defendeu que o sistema de governo foi expressamente contemplado.

Ao final da gincana, o júri observou, corretamente, em relação às afirmações dos grupos, que:

- (A) somente as afirmações dos grupos Alfa e Ômega estavam corretas;
- (B) somente as afirmações dos grupos Alfa e Beta estavam corretas;
- (C) somente a afirmação do grupo Ômega estava correta;
- (D) somente a afirmação do grupo Beta estava correta;
- (E) as afirmações de todos os grupos estavam corretas.

**7. FGV - 2023**

Ana, Inês e Bruna debateram a respeito dos princípios fundamentais que devem direcionar a República Federativa do Brasil nas relações internacionais. Ana defendia que um desses princípios é o da autodeterminação dos povos, indicativo de que o Brasil, mesmo que divirja das leis locais que apregoem práticas discriminatórias, quaisquer que sejam elas, deve respeitar o domínio reservado de natureza interna, sem formular qualquer juízo de valor. Inês ressaltava que as relações internacionais devem ser direcionadas pelo escalonamento dos Estados soberanos, conforme os paradigmas sociais e econômicos adotados pelo Brasil. Bruna, por sua vez, ressaltou que a concessão de asilo político, ainda que caminhe em norte contrário aos balizamentos estabelecidos pela ordem jurídica de outro Estado soberano, deve direcionar o Brasil nas relações internacionais.

O professor Clovis, ao analisar as afirmações de suas alunas, concluiu, corretamente, à luz da Constituição da República de 1988, que:

- (A) todas estão certas;
- (B) somente Ana está certa;
- (C) somente Bruna está certa;
- (D) somente Ana e Inês estão certas;
- (E) somente Bruna e Inês estão certas.

**8. FGV - 2023**

Sobre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, as seguintes afirmativas estão previstas na Constituição da República de 1988, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- (B) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (C) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.
- (D) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos previstos na Constituição da República.

(E) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais está previsto como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

### 9. FGV - 2023

Leia o trecho a seguir.

A política externa brasileira considera o diálogo e a cooperação internacionais instrumentos essenciais para a superação de obstáculos e para a aproximação e o fortalecimento da confiança entre os Estados. Assim, o Brasil firma-se em fundamentos constitucionais, dentre os quais destaca-se a Soberania Nacional, entendida como a manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de convivência com as demais Nações em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em assuntos internos, nem participação em atos dessa natureza em relação a outras Nações. Na esfera internacional, o Brasil atua conforme os princípios elencados no Art. 4o da Constituição Federal.

*MINISTÉRIO DA DEFESA. Livro Branco de Defesa Nacional, 2020.*

Entre os princípios das relações internacionais que não foram incorporados pela Constituição Federal, encontra-se o pertinente

- (A) à concessão de asilo político.
- (B) à governança global liberal.
- (C) à prevalência dos direitos humanos.
- (D) ao repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (E) à não intervenção.

### 10. FGV - 2023

Após amplas negociações, a República Federativa do Brasil, por meio do órgão competente do Poder Executivo federal, celebrou tratado bilateral com o País Alfa. Nesse tratado, foi previsto amplo intercâmbio de tecnologias; tratamento diferenciado, em termos migratórios, em relação aos nacionais dos respectivos países; a realização de financiamentos, por instituição financeira brasileira, de projetos de interesse comum; o recebimento de estudantes, profissionais liberais e servidores públicos para a realização de palestras e oficinas de discussão, de modo a ampliar a colaboração entre as respectivas sociedades. Apesar de muito comemorada por alguns setores nacionais, a medida foi duramente criticada por diversos outros, já que Alfa se notabilizara, nas relações internacionais, por segregar uma maioria étnica, formada por seus nacionais, que tem seus direitos civis restringidos e não pode participar da vida política.

À luz da sistemática estabelecida na Constituição da República, é correto afirmar, em relação ao referido tratado bilateral, que

- (A) o ajuste, pelo seu objeto, se compatibiliza com o objetivo de cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, estando plenamente ajustado à ordem constitucional.
- (B) a política externa brasileira não pode compactuar com a forma como o País Alfa trata os seus nacionais, de modo que a celebração do ajuste afronta diretamente a ordem constitucional.
- (C) estará em total harmonia com a ordem constitucional, desde que seja ratificado pelo Congresso Nacional, por se mostrar gravoso ao patrimônio nacional, não exigindo sanção do Presidente da República.
- (D) por se tratar de um “tratado-quadro”, não depende de ratificação pelo Congresso Nacional para que se ajuste à ordem constitucional, ressalvado apenas o ato de transferência de recursos financeiros.
- (E) as relações dos Estados com os seus nacionais estão absorvidas pelo domínio reservado de jurisdição interna, se enquadrando na autodeterminação dos povos, o que impede qualquer juízo de valor quanto à política interna de Alfa.

### 11. FGV - 2023

Após ampla mobilização popular, que almejava a contenção do crescimento do gasto público, a Constituição do Estado Beta foi emendada, passando a estabelecer limitadores para o quantitativo de secretarias nos Municípios situados no território do referido Estado. O quantitativo, fixado de modo objetivo, variava conforme a população e a arrecadação de cada Município. Irresignados com a inovação, que, ao seu ver, prejudicaria a sua atuação, um grupo de Prefeitos Municipais consultou um advogado a respeito da temática.

Foi corretamente esclarecido ao grupo de Prefeitos que, na perspectiva da Constituição da República, a emenda à Constituição Estadual é

- (A) constitucional, pois os Municípios devem observar as normas da Constituição Estadual.
- (B) constitucional, pois o limitador já está previsto na Constituição da República.
- (C) inconstitucional, pois somente lei complementar nacional poderia incursionar na matéria.
- (D) inconstitucional, pois a Constituição Estadual não pode reduzir a autonomia política dos Municípios.
- (E) inconstitucional, pois o Estado Beta somente poderia ter tratado da matéria se tivesse recebido delegação da União.

**12. FGV - 2023**

A Constituição Federal vigente anuncio que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito. No que diz respeito a democracia é correto afirmar que

- (A) a teoria da democracia moderna surge em razão dos fragilidades do sistema participativo, em que os dissensos acabam prevalecendo, gerando a atual polarização.
- (B) a democracia é exercida exclusivamente pelos representantes escolhidos pelo povo, responsáveis pela tomada de decisão, resultante do exercido legítimo de seu mandato.
- (C) a democracia brasileira tem como um dos seus objetivos fundamentais promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (D) no Brasil temos um exemplo de democracia direta, considerando que a Constituição prevê expressamente que o poder emana do povo.
- (E) os movimentos sociais sempre são representações democráticas, tendo em vista que é a representação direta da vontade do povo ou de parcela de um grupo social.

**13. FGV - 2024**

Um grupo de pessoas, com padrões axiológicos semelhantes, decidiu constituir uma associação visando à realização dos objetivos que têm em comum. Por se tratar de um grupo muito zeloso, requereu autorização ao órgão competente do Município Delta para criar a referida associação. O requerimento, no entanto, foi denegado.

À luz da Constituição da República, é correto afirmar que

- (A) a autorização sequer deveria ter sido requerida, já que dispensada pela ordem constitucional.
- (B) a denegação do requerimento formulado somente será lícita se forem apresentados os respectivos motivos.
- (C) somente se o órgão competente demonstrar a existência de interesse público será regular a denegação do requerimento.
- (D) a autorização é ato administrativo discricionário, que pode ser, ou não, concedida, conforme o juízo de valor do órgão competente.
- (E) tanto a autorização de criação como a dissolução compulsória da associação são atos vinculados do Município, caso sejam preenchidos os respectivos requisitos.

**14. FGV - 2024**

O Estado Beta editou norma sobre regras do concurso público para ingresso na carreira da Polícia Militar, fixando limite máximo de vagas para candidatas do sexo feminino.

Diante do exposto e da jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que a referida norma é

- (A) constitucional, por observância ao princípio da razoabilidade.
- (B) inconstitucional, por violação ao princípio da impessoalidade.
- (C) inconstitucional, por ofensa ao princípio da isonomia.
- (D) constitucional, por observância ao princípio da isonomia.
- (E) inconstitucional, por violação ao princípio da moralidade.

**15. FGV - 2024**

José foi condenado por crime com base em prova obtida por meio de abertura de encomenda postada nos correios, feita sem autorização do juiz, em razão da existência de fortes suspeitas da prática de crimes.

Diante do exposto, é correto afirmar que a referida condenação

- (A) é nula, pois a garantia de sigilo também se aplica às encomendas postadas nos correios, que não podem ser abertas para a obtenção de provas, sem autorização judicial, mesmo quando houver fortes suspeitas da prática de crimes.
- (B) é nula, pois sem autorização judicial é ilícita a prova obtida mediante abertura de carta, telegrama, pacote, encomenda ou qualquer meio análogo.
- (C) é válida, pois é lícita a prova sempre que obtida por meio de abertura de encomenda, quando postada nos Correios, empresa de natureza pública, sem a necessidade de autorização do juiz.
- (D) é nula, pois é ilícita a prova obtida em razão de violação ao sigilo das comunicações, direito fundamental absoluto previsto na Constituição.
- (E) é válida, pois a garantia de sigilo não se aplica às encomendas postadas nos correios, que podem ser abertas para a obtenção de provas quando houver fortes suspeitas da prática de crimes, sem a necessidade de autorização judicial.

# NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

## 1. FGV - 2022

É corrente, em doutrina, a afirmação de que a Constituição da República de 1988, dentre outros atributos, é rígida, analítica e eclética.

Isso significa que a Constituição da República de 1988:

(A) pode ser alterada por um processo legislativo mais solene e dificultoso que o destinado às demais espécies normativas, estabelece concisamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, mediante normas materialmente constitucionais, além de ser elaborada à luz de uma ideologia determinada;

(B) pode ser alterada por um processo legislativo mais solene e dificultoso que o destinado às demais espécies normativas, estatui prolixamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, por intermédio de normas material e formalmente constitucionais, além de ser resultante do compromisso entre forças políticas diferentes e ideias muitas vezes contrastantes;

(C) possui uma parte modificável por processo solene de reforma constitucional e outra mudável por processo legislativo ordinário, além de estatuir prolixamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, por intermédio de normas material e formalmente constitucionais, e resultar do compromisso entre forças políticas diferentes e ideias muitas vezes contrastantes;

(D) pode ser alterada pelo processo legislativo ordinário, estatui prolixamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, por intermédio de normas material e formalmente constitucionais, além de ser resultante do compromisso entre forças políticas diferentes e ideias muitas vezes contrastantes;

(E) possui uma parte modificável por processo solene de reforma constitucional e outra mudável por processo legislativo ordinário, estabelece concisamente a estrutura fundamental do Estado e sociedade, mediante normas materialmente constitucionais, além de ser elaborada à luz de uma ideologia determinada.

## 2. FGV - 2022

Quanto à classificação das Constituições, consideram-se Constituições rígidas aquelas que:

(A) só podem ser modificadas mediante procedimentos mais complexos que o processo legislativo ordinário;

(B) só podem ser modificadas pelo Poder Constituinte originário, quando convocado;

(C) podem ser modificadas pelo processo legislativo ordinário;

(D) não podem ser modificadas, pois possuem pretensão de eternidade;

(E) possuem uma parte suscetível a modificações pelo processo legislativo ordinário e outra insuscetível de modificações.

## 3. FGV - 2022

Maria, no exercício do direito de petição, compareceu à Secretaria Municipal de Obras para solicitar que fossem adotadas as providências necessárias ao recapeamento asfáltico das ruas do seu bairro. Afinal, a falta de manutenção contribuiu para o aumento dos buracos e os acidentes se multiplicaram. O servidor responsável pelo protocolo solicitou de Maria o comprovante de recolhimento da “taxa de expediente”, o que seria necessário para que o seu pleito fosse apreciado.

À luz da sistemática constitucional, a taxa mencionada pelo servidor:

(A) não pode ser exigida;

(B) pode ser exigida, desde que prevista na lei orgânica;

(C) pode ser exigida, desde que prevista em lei ordinária;

(D) pode ser exigida, desde que fixada em patamares módicos;

(E) pode ser exigida e será reembolsada se o pleito for acolhido.

**4. FGV - 2022**

Marie, de nacionalidade francesa, está residindo no território nacional há alguns meses. Para se inteirar dos distintos aspectos de sua situação jurídica, procurou um advogado e o questionou se possuía, ou não, direitos fundamentais.

O advogado respondeu corretamente que Marie

(A) possui direitos fundamentais, desde que tenham sido provisoriamente deferidos no início do processo de naturalização.

(B) possui direitos fundamentais, desde que tenha requerido a sua fruição no momento de ingresso no território nacional.

(C) não possui direitos fundamentais, que somente são titularizados pelos brasileiros natos.

(D) não possui direitos fundamentais, que somente serão obtidos ao fim do processo de naturalização.

(E) possui direitos fundamentais, já que se encontra residindo no território nacional.

**5. FGV - 2022**

João, Diretor da Unidade Prisional XX, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de ser prestada assistência religiosa aos presos da referida unidade, o que, a seu ver, seria muito relevante para o bem-estar dos presos.

A assessoria respondeu corretamente que essa assistência

(A) deve ser assegurada nos termos da lei.

(B) não pode ser disponibilizada, pois afronta a liberdade religiosa do preso.

(C) somente pode ser prestada em termos educativos, sem proselitismo religioso.

(D) não pode ser disponibilizada, pois afronta a proibição de que o Estado apoie uma religião.

(E) somente pode ser assegurada se houver deliberação nesse sentido dos presos, por maioria simples.

**6. FGV - 2022**

A Lei federal XX assegurou determinado direito prestacional a todos aqueles que preenchessem os requisitos por ela estabelecidos. Apesar de João ter preenchido esses requisitos, no momento em que compareceu à repartição pública para requerer a fruição do direito, foi informado que a Lei federal XX fora alterada no dia anterior pela Lei federal YY, sendo o benefício modificado tanto em relação aos requisitos como em relação aos valores. João ficou profundamente decepcionado, já que preencheria os requisitos da Lei federal XX, mas não os da Lei federal YY.

Ao procurar um advogado, foi informado corretamente que a sua situação jurídica deve ser regida pela

(A) Lei federal YY, desde que ela tenha cláusula expressa de retroatividade.

(B) Lei federal XX, embora não tenha requerido a fruição do direito prestacional até a edição da Lei federal YY.

(C) Lei federal YY, já que não requereu a fruição do direito prestacional antes da modificação da Lei federal XX.

(D) combinatória das Leis federais XX e YY, naquilo que lhe for mais favorável, considerando o princípio de maior benefício dos padrões normativos.

(E) Lei federal XX, desde que ela tenha cláusula de ultratividade, ainda que não tenha requerido a fruição do direito prestacional até a edição da Lei federal YY.

**7. FGV - 2022**

Maria e João foram presos em operação organizada pela Polícia Militar do Estado Alfa, destinada ao combate ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. A seu ver, aspectos circunstanciais, não incorporados ao auto de prisão em flagrante, no qual somente foram ouvidos dois dos policiais envolvidos, seriam suficientes para descaracterizar a tipificação de tráfico. Por tal razão, o seu advogado solicitou à Polícia Militar a identificação dos demais policiais responsáveis pela prisão, já que todos estavam encapuzados e sem identificação naquele momento. O requerimento foi negado sob o argumento de que a medida era necessária para resguardar a segurança pessoal dos policiais.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a negativa da Polícia Militar foi:

(A) certa, pois os policiais militares devem ter o seu direito à intimidade preservado;

(B) certa, pois o direito à ampla defesa não permite que os protocolos de segurança da Polícia Militar sejam desconsiderados;

(C) errada, pois a proteção da esfera jurídica dos policiais militares tem mais peso, no caso concreto, que os interesses dos acusados de tráfico;

(D) errada, pois João e Maria têm o direito à identificação daqueles que participaram da operação e, conseqüentemente, de sua prisão;

(E) errada, pois é constitucionalmente vedado que o Estado, por ser democrático e de direito, oponha a exceção de sigilo a quaisquer informações solicitadas por particulares.



**8. FGV - 2022**

Leia o trecho a seguir (Artigo 5º, caput, da Constituição Federal de 1988).

*“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.”*

A respeito dos princípios estabelecidos no texto constitucional, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) A inviolabilidade dos direitos fundamentais está relacionada à noção do Estado Democrático de Direito.

( ) Os direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade são a base dos direitos fundamentais da CF/88.

( ) Os direitos humanos previstos na CF/88 são universais e proclamam a validade internacional da liberdade e a igualdade de todos os homens.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – F.
- (B) V – F – F.
- (C) F – V – V.
- (D) F – V – F.
- (E) V – V – V.

**9. FGV - 2022**

Martinez, cidadão espanhol, foi convidado por XYZ, universidade privada de Direito, situada no Brasil, para ministrar a disciplina Direito Constitucional. Para tanto, ele estabeleceu residência em solo brasileiro.

Após 2 (dois) anos lecionando na referida instituição de ensino, apesar de possuir qualificação adequada para o exercício do magistério, Martinez é surpreendido em suas redes sociais com graves alegações de exercício ilegal da profissão.

Sobre a questão em comento, com base no texto constitucional, assinale a afirmativa correta.

- (A) Martinez, na condição de estrangeiro residente no Brasil, goza de todos os direitos fundamentais e políticos assegurados pela Constituição de 1988 aos brasileiros natos e naturalizados, podendo, em consequência, lecionar na universidade de Direito XYZ.
- (B) Apesar de restringir o exercício de determinados direitos por parte dos estrangeiros, a Constituição de 1988 assegura a Martinez o livre exercício de sua profissão, desde que preencha os requisitos legais exigidos.

(C) A Constituição de 1988, ainda que assegure a autonomia didático-científica das universidades, exige prévia naturalização do estrangeiro Martinez para que possa atuar no ensino superior de ensino.

(D) A ordem constitucional permite que Martinez, na condição de estrangeiro residente no Brasil, desempenhe livremente sua profissão, mas condiciona tal direito à prova de residência em solo brasileiro por, no mínimo, 04 (quatro) anos.

**10. FGV - 2022**

Roberto, cidadão brasileiro, toma conhecimento que um órgão público federal está contratando uma conhecida empreiteira do Estado Delta para a realização de obras sem promover o regular procedimento licitatório.

A fim de proteger o interesse público, busca obter maiores informações junto aos setores competentes do próprio órgão. Sem sucesso, passa a considerar a hipótese de ajuizar uma Ação Popular a fim de anular os atos de contratação, bem como buscar o ressarcimento dos cofres públicos por eventuais danos patrimoniais. Antes de fazê-lo, no entanto, quer saber as consequências referentes ao pagamento de custas judiciais e do ônus de sucumbência, caso não obtenha sucesso na causa.

Você, como advogado(a), então, explica-lhe que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, caso não obtenha sucesso na causa,

- (A) não terá que arcar com as custas judiciais e com o ônus de sucumbência, posto que o interesse que o move na causa é revestido de inequívoca boa-fé, em defesa do interesse público.
- (B) somente terá que arcar com as custas judiciais, mas não com os ônus sucumbenciais, posto se tratar de um processo de natureza constitucional que visa a salvaguardar o interesse social.
- (C) terá que arcar com as custas judiciais e com o ônus de sucumbência, como ocorre ordinariamente no âmbito do sistema processual brasileiro.
- (D) não terá que arcar com qualquer custo, considerando que a Constituição Federal de 1988 concede aos brasileiros isenção de custas em todos os chamados remédios constitucionais.

**11. FGV - 2022**

Muito se discutiu, em sede doutrinária e jurisprudencial, acerca do status normativo dos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos.

Atualmente, em face da disciplina constitucional da matéria e da jurisprudência pacificada pelo Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos possuem hierarquia equivalente à da lei ordinária federal, como todos os demais tratados incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro;
- (B) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos possuem status supraconstitucional, haja vista a necessidade de o Estado cumprir o pactuado no plano internacional em matéria de direitos humanos, independentemente da adequação constitucional interna;
- (C) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos possuem hierarquia de norma constitucional, pois a cláusula de abertura constante do Art. 5º, §2º da Constituição da República de 1988 estabelece textualmente que os direitos e garantias expressos naquele dispositivo não excluem outros decorrentes dos tratados internacionais;
- (D) aos tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aplica-se a teoria do duplo estatuto, isto é, aqueles aprovados pelo rito especial do Art. 5º, §3º da Constituição da República de 1988 têm natureza constitucional, enquanto todos os demais ostentam status supralegal, estando abaixo da referida Constituição, porém acima da legislação interna;
- (E) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados pelo rito comum são normas materialmente constitucionais, na forma do Art. 5º, §2º da Constituição da República de 1988, enquanto aqueles aprovados pelo rito especial do Art. 5º, §3º da referida Constituição reputam-se normas material e formalmente constitucionais, o que os torna insuscetíveis de denúncia e parte integrante do núcleo pétreo da Lei Fundamental.

**12. FGV - 2022**

João, que cumpria pena em presídio militar em razão da prática de crime, consultou o seu advogado a respeito da possibilidade de lhe ser assegurada assistência religiosa no período em que estivesse preso.

O advogado respondeu corretamente que João

- (A) tem assegurada a assistência religiosa, mas isto se dará nos termos da lei.

- (B) somente teria direito à assistência religiosa caso estivesse em um presídio civil.

- (C) não tem direito à assistência religiosa, o que decorre da laicidade do Estado.

- (D) tem direito à assistência religiosa, conforme norma constitucional de eficácia plena.

- (E) terá direito à assistência religiosa conforme o juízo de conveniência e oportunidade do diretor do presídio.

**13. FGV - 2022**

*De acordo com o CFESS (2016), o racismo é "(...) a crença na existência de raças e sua hierarquização. É a ideia de que há raças e de que elas são naturalmente inferiores ou superiores a outras, em uma relação infundada de dominação".*

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o racismo é tido como

- (A) injúria e difamação.
- (B) ato tipificado.
- (C) desídia e dano moral.
- (D) incontinência de conduta.
- (E) crime inafiançável e imprescritível.

**14. FGV - 2022**

Alfa, Associação de Defesa das Pessoas com Deficiência, em atuação na esfera territorial do Estado Beta e que há uma década defende os interesses das pessoas com deficiência, constatou que determinado direito social consagrado na Constituição da República de 1988 não fora objeto de regulamentação pela legislação infraconstitucional. Esse estado de coisas impedia a sua fruição pelos destinatários em potencial, incluindo os seus associados. Por tal razão, decidiu impetrar mandado de injunção coletivo para que a omissão fosse suprida.

De acordo com essa narrativa, é correto afirmar que Alfa:

- (A) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, pois sua atuação não é nacional;
- (B) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, já que o direito social a ser regulamentado abrange outros destinatários;
- (C) tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, embora o direito social também pertença a outros destinatários e não tenha autorização especial;
- (D) não tem legitimidade para impetrar o mandado de injunção coletivo, cabível apenas se o direito a ser regulamentado pertencer a uma coletividade indeterminada de pessoas;

# NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

## 1. FGV - 2022

Entre os princípios da administração pública aplicáveis aos Oficiais de Justiça está aquele acrescentado pela Emenda Constitucional nº 19/98, que consolida o movimento por uma Administração Pública menos sujeita aos efeitos colaterais da burocracia, inaugurando, assim, o que se convencionou denominar Administração Pública Gerencial. Tal princípio exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza e rendimento funcional, buscando a prestação do serviço com qualidade alta e baixo custo. Assim, o exercício da função administrativa pelo Estado deve ter como tripé: quantidade, qualidade e economicidade. Nesse contexto, foram introduzidos vários instrumentos no Direito Administrativo, como avaliação de desempenho, parcerias público-privadas, agências reguladoras etc.

O princípio da administração pública expresso descrito é o da

- (A) legalidade.
- (B) impessoalidade.
- (C) produtividade.
- (D) eficiência.
- (E) publicidade.

## 2. FGV - 2024

Zoé e Humberto foram aprovados no concurso público para o cargo de psicólogo da Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e estavam debatendo sobre o dever de agir de acordo com a juridicidade no exercício das respectivas atribuições, o que deve ser compreendido como a necessidade de

- (A) respeitar estritamente as regras postas para a atuação administrativa, pois o princípio da legalidade se sobrepõe aos demais previstos no ordenamento.
- (B) atuar em consonância com o princípio da eficiência, a despeito de outros princípios consagrados no ordenamento para o exercício da função administrativa.
- (C) resguardar o princípio da segurança jurídica, que tem primazia sobre os demais princípios implícitos na Constituição no âmbito da atuação administrativa.
- (D) agir em consonância não só com a legalidade, mas também com os demais princípios do ordenamento, na medida em que a atuação administrativa se submete à lei e ao Direito.

(E) impor o princípio da supremacia do interesse público, que deve prevalecer em relação aos demais princípios expressos na Constituição da República na atuação administrativa.

## 3. FGV - 2024

Imagine uma situação em que a lei exija a exposição dos fatos e fundamentos jurídicos para certa decisão administrativa, enquanto aspecto não essencial ao ato administrativo correspondente.

Caso a autoridade competente não cumpra a aludida determinação, em situação em que as respectivas razões existam, sejam verdadeiras e congruentes com o ato, é correto afirmar que a mencionada ausência de motivação caracteriza vício no elemento

- (A) motivo, que é passível de convalidação.
- (B) finalidade, que não é passível de convalidação.
- (C) competência, que não é passível de convalidação.
- (D) forma, que é passível de convalidação.
- (E) objeto, que é passível de convalidação.

## 4. FGV - 2022

O promotor de Justiça João exerce a função de consultor jurídico da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado Beta. Instado pelo procurador-geral de Justiça, João emitiu parecer sobre a viabilidade jurídica da celebração de um termo de cooperação técnica a ser firmado com o Tribunal de Contas do Estado Beta.

Consoante ensina a doutrina de Direito Administrativo, em especial em matéria de classificação do ato administrativo quanto ao critério dos efeitos, o parecer assinado por João tem natureza de ato administrativo:

- (A) constitutivo, que se caracteriza por uma opinião jurídica, que tem o condão de produzir efeitos jurídicos;
- (B) declaratório, que se caracteriza por declarar o entendimento jurídico da consultoria, modificando ou extinguindo direitos;
- (C) vinculado, que se caracteriza por impedir a celebração do instrumento, caso o parecer indique alguma ilegalidade;
- (D) enunciativo, que se caracteriza por um juízo de valor, dependendo, ainda, de outros atos de caráter decisório;

(E) discricionário, que se caracteriza por mera opinião do consultor, levando em conta critérios de oportunidade e conveniência e com caráter vinculante.

#### 5. FGV - 2022

Cláudia, servidora pública efetiva e Diretora da Zª Vara do Trabalho do Tribunal Regional do Trabalho da Yª Região, no regular exercício de sua competência, editou uma ordem de serviço, com a finalidade de distribuir e ordenar o serviço interno do órgão e dos servidores lá lotados.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a ordem de serviço expedida por Cláudia é um ato administrativo

- (A) normativo, decorrente do poder disciplinar.
- (B) ordinatório, decorrente do poder hierárquico.
- (C) enunciativo, decorrente do poder regulamentar.
- (D) ordinário, decorrente do poder normativo.
- (E) organizacional, decorrente do poder disciplinar.

#### 6. FGV - 2024

Ao realizar a atividade de controle administrativo, a autoridade competente observou as seguintes situações:

I. a sociedade Alfa após obter o regular deferimento de certo ato administrativo praticou infração que deve importar em sua extinção;

II certo ato discricionário regularmente deferido à sociedade Beta, sem vícios, não mais atende ao interesse público;

III determinado ato vinculado deferido em benefício da sociedade Ômega possui vício sanável de competência.

Aponte a opção que correlaciona adequadamente a situação descrita à providência a ser adotada pela Administração Pública.

- (A) I-cassação; II-revogação; III-convalidação.
- (B) I-anulação; II-revogação; III-anulação.
- (C) I-revogação; II-anulação; III-convalidação.
- (D) I-cassação; II-anulação; III-revogação.
- (E) I-anulação; II-convalidação; III-revogação.

#### 7. FGV - 2024

Após ser provocada pela via própria, a Administração Pública constatou a existência um vício no motivo de fato de um determinado ato administrativo que fora confeccionado em momento pretérito. Em assim sendo, o Prefeito indagou à Procuradoria da municipalidade sobre a possibilidade de se proceder à convalidação voluntária do ato editado, de forma a preservá-lo.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, é correto afirmar que o ato administrativo

(A) não poderá ser convalidado, porquanto a ordem jurídica admite, apenas, a convalidação involuntária dos atos administrativos, vedando-se a convalidação voluntária.

(B) não poderá ser convalidado, porquanto o vício no motivo do ato administrativo não admite convalidação.

(C) poderá ser convalidado, por meio da ratificação.

(D) poderá ser convalidado, por meio da conversão.

(E) poderá ser convalidado, por meio da reforma.

#### 8. FGV - 2024

Ao aprofundar os seus estudos acerca do direito administrativo, Carlota observou que existem diversas manifestações do poder hierárquico, entre as quais é correto apontar

- (A) a avocação temporária de competência.
- (B) o embargo de obra que esteja em desacordo com o ordenamento.
- (C) o deferimento de uma licença profissional.
- (D) a aplicação de multa à concessionária de serviço público.

#### 9. FGV - 2022

Em matéria de poderes administrativos, é correto afirmar que uma fundação pública federal da área de saúde instituída com personalidade jurídica de direito privado

(A) se submete ao poder disciplinar do Ministério da Saúde, pela desconcentração administrativa existente entre os dois órgãos públicos.

(B) não se submete a qualquer tipo de controle pelo Ministério da Saúde, haja vista que possui personalidade jurídica de direito privado.

(C) se submete ao poder disciplinar do Ministério da Saúde, pela hierarquia interna existente entre as duas pessoas jurídicas que desempenham o mesmo tipo de serviço público.

(D) se submete ao poder hierárquico do Ministério da Saúde, pela hierarquia externa existente entre as duas pessoas jurídicas que desempenham o mesmo tipo de serviço público.

(E) não se submete ao poder hierárquico do Ministério da Saúde que, contudo, controla os seus atos pela vinculação ou tutela administrativa.

**10. FGV - 2022**

Antônio, delegado de polícia do Estado Gama, titular da Xª DP, ao elaborar a escala de trabalho dos agentes policiais lotados na Unidade de Polícia Judiciária sempre designava o inspetor de polícia João para as sextas, sábados e domingos, dias menos concorridos pelos servidores, haja vista que o inspetor é seu antigo desafeto. Inconformado com a perseguição, e após não obter êxito em pedido de reconsideração, João apresentou recurso administrativo hierárquico previsto na norma de regência ao secretário estadual de Polícia Civil, comprovando a retaliação praticada pelo delegado.

No caso em tela, o chefe institucional:

- (A) deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, por abuso de poder, na modalidade excesso de poder, pois agiu com o intuito de perseguir seu subordinado;
- (B) deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, por abuso de poder, na modalidade desvio de poder, por vício no elemento finalidade do ato administrativo;
- (C) deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, por abuso de poder, na modalidade excesso de poder, por vício no elemento motivo do ato administrativo;
- (D) não deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, que agiu nos limites de seu poder discricionário, na qualidade de chefe imediato de João;
- (E) não deve declarar a nulidade do ato do delegado Antônio, pois os elementos do ato administrativo não estão viciados, de maneira que, apesar de imoral, a conduta não é ilegal.

**11. FGV - 2022**

Avalie o caso a seguir.

*Um agente público age com desvio de poder e seu superior hierárquico, conhecedor do fato, nada faz para reparar o mal.*

Sobre o procedimento do superior hierárquico é correto afirmar que ocorreu uma situação de

- (A) *excesso de poder*, uma vez que atuou além dos limites legais de suas competências.
- (B) *incompetência administrativa*, uma vez que não tem os meios para garantir o uso probo do poder por parte de subordinados
- (C) *abuso de poder na sua forma omissiva*, pois o superior manteve-se inerte quando deveria ter agido.

(D) *desvio de finalidade*, já que o superior deixou de realizar um ato de fiscalização que lhe competia.

(E) *quebra de hierarquia*, pois o superior tolerou que seu subordinado atuasse contra o interesse público.

**12. FGV - 2022**

A fundação de direito privado Beta pretendia solicitar ao órgão competente do Estado Alfa a sua qualificação como organização social, mas tinha dúvidas em relação aos requisitos a serem preenchidos e às consequências dessa qualificação.

Ao consultar o seu advogado, foi corretamente informado a Beta que:

- (A) não é possível a obtenção da qualificação almejada, que somente pode ser deferida para as associações;
- (B) a qualificação está condicionada à participação, no Conselho de Administração, entre outros membros, de representantes do poder público;
- (C) a qualificação está condicionada à distribuição de lucros, aos membros do Conselho Curador, na proporção máxima de 5% do proveito patrimonial obtido;
- (D) a qualificação independe de qualquer ato formal, bastando que Beta seja estruturada da forma prevista em lei, o que lhe permitirá celebrar contratos de gestão;
- (E) a qualificação é obtida a partir da celebração de contrato de gestão, ocasião em que Beta assumirá o compromisso de praticar os atos ajustados com o poder público.

**13. FGV - 2023**

As cláusulas dos contratos de parceria público-privada, consoante dispõe a Lei nº 11.079/2004, devem prever

- (A) o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.
- (B) a responsabilidade civil direta do parceiro privado acerca de eventuais danos a terceiros, vedada a previsão de repartição de riscos entre as partes, no que se refere a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária.
- (C) a realização de vistoria dos bens reversíveis, não podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas.
- (D) a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato, pelo princípio da segurança jurídica, vedada a previsão de mecanismos para a preservação da atualidade da prestação dos serviços.

(E) a modicidade das tarifas, vedada a previsão de compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado.

#### 14. FGV - 2023

Os contratos de parceria público-privada previstos pela Lei nº 11.079/2004 devem ter um prazo de vigência, já incluindo eventuais prorrogações, entre

- (A) 5 e 25 anos.
- (B) 5 e 35 anos.
- (C) 10 e 25 anos.
- (D) 10 e 30 anos.
- (E) 15 e 35 anos.

#### 15. FGV - 2004

Após regular processo licitatório, a União celebrou, mediante parceria público-privada (PPP), com a sociedade empresária Alfa contrato administrativo de concessão de serviço público, na modalidade patrocinada, precedida de obra pública. O contrato tem por objeto a manutenção de determinada rodovia federal, havendo, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, uma contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

De acordo com a legislação de regência, entre as cláusulas do mencionado contrato, deve constar:

- (A) a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária;
- (B) a sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria, vedada a repartição objetiva de riscos entre as partes;
- (C) o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a cinco, nem superior a quinze anos, incluindo eventual prorrogação;
- (D) a realização de vistoria dos bens reversíveis, não podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas, pela mitigação das cláusulas exorbitantes neste tipo de concessão;
- (E) a proibição de compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado, em razão do equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

#### 16. FGV - 2023

Em direção ao desenvolvimento de um paradigma pós-burocrático, a estratégia de flexibilização denominada publicização foi implantada a partir dos anos 1990 no Brasil. Esta foi definida como o processo de descentralização da execução de serviços, como educação, saúde, cultura e pesquisa científica, dentre outros. A estratégia de publicização introduziu também a possibilidade de união entre dois ou mais entes da federação (Municípios, Estados) com a finalidade de prestar serviços e desenvolver ações conjuntas que visem ao interesse coletivo e benefícios públicos.

Essa união é denominada:

- (A) autarquia;
- (B) consórcio público;
- (C) organização social;
- (D) parceria público-privada;
- (E) empresa de propósito específico.

#### 17. FGV - 2014

Após a observância das formalidades legais, o Poder Público e uma organização da sociedade civil formalizaram uma parceria para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 13.019/2014, é correto afirmar que a parceria entre o Poder Público e a organização da sociedade civil foi instrumentalizada por meio de um

- (A) acordo de cooperação.
- (B) termo de colaboração.
- (C) contrato de gestão.
- (D) termo de fomento.
- (E) termo de parceria.

#### 18. FGV - 2024

Há uma década, foi editada lei que pretende resguardar as várias administrações contra atos que possam ser qualificados como "de corrupção". Trata-se da Lei nº 12.846, de agosto de 2013, que objetiva proteger tanto administrações públicas nacionais quanto estrangeiras em face de atos praticados por pessoas jurídicas que atentem contra os seus respectivos patrimônios, ou que comprometam princípios, entre outras situações.

Sobre a legislação mencionada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sempre que a pessoa jurídica for responsabilizada, os seus dirigentes ou administradores o serão de forma objetiva.

# NOÇÕES DE DIREITO PENAL

## 1. FGV - 2024

No tocante às normas gerais do Direito Penal, analise as afirmações a seguir.

I. A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

II. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, mesmo que outro seja o momento do resultado.

III. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, não cessando, porém, em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, apenas.

## 2. FGV - 2024

Segundo a vigente legislação, os crimes contra o patrimônio da União Federal ficam sujeitos à lei brasileira, ainda que cometidos no estrangeiro.

Essa norma é fundamentada no

- (A) Princípio da atividade.
- (B) Princípio de taxatividade.
- (C) Princípio da ultratividade.
- (D) Princípio da excepcionalidade.
- (E) Princípio da extraterritorialidade.

## 3. FGV - 2024

Manuel registrou ocorrência contra seu irmão, Joaquim, que reside com Maria, mãe de ambos. Na dinâmica descrita em sede policial, Manuel afirmou que tomou conhecimento de que Joaquim passou a exercer a administração das finanças de Maria. Aduziu que uma semana antes da celebração do aniversário de 60 anos da mãe, Joaquim compareceu ao cartório, juntamente com Maria, ocasião em que esta outorgou-lhe procuração com plenos poderes. De posse da procuração, no dia seguinte Joaquim compareceu à agência bancária e transferiu R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) da conta de Maria para sua conta pessoal.

Desta forma, é correto afirmar que Joaquim

(A) deverá responder pelo crime previsto no Art. 155 do Código Penal.

(B) deverá responder pelo crime previsto no Art. 168 do Código Penal.

(C) deverá responder pelo crime previsto no Art. 102 da Lei nº 10.741/2003.

(D) deverá responder pelos crimes previstos nos artigos 102 e 106 da Lei nº 10.741/2003.

(E) não praticou crime algum.

## 4. FGV - 2022

Constituem elementos da culpabilidade:

(A) inimputabilidade, potencial consciência da lei e inexigibilidade de uma conduta diversa;

(B) maioridade, potencial consciência da lei e inexigibilidade de uma conduta diversa;

(C) imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude e exigibilidade de uma conduta diversa;

(D) maioridade, potencial conhecimento da ilicitude e exigibilidade de uma conduta diversa;

(E) imputabilidade, potencial conhecimento da ilicitude e inexigibilidade de uma conduta diversa.

## 5. FGV - 2024

João, no dia 14 de novembro de 2023, ingressou em um estabelecimento comercial e, mediante o emprego de uma arma de fogo, subtraiu o numerário existente no caixa, evadindo-se na sequência. Durante o processo penal, foi juntado, aos autos, um laudo pericial, em observância às formalidades legais, demonstrando que, à época dos fatos, João, em razão de uma determinada doença mental, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito da conduta que praticou.

Considerando as disposições do Código Penal e os entendimentos doutrinário e jurisprudencial dominantes, João será absolvido:

(A) impropriamente, em razão da inimputabilidade penal do acusado, excludente de culpabilidade;

(B) propriamente, em razão da inimputabilidade penal do acusado, excludente de culpabilidade;

(C) propriamente, em razão da inimputabilidade penal do acusado, excludente de tipicidade;

- (D) impropriamente, em razão da inimputabilidade penal do acusado, excludente de ilicitude;  
 (E) propriamente, em razão da inimputabilidade penal do acusado, excludente de ilicitude.

**6. FGV - 2022**

A lei dispensa tratamento cauteloso à embriaguez do agente, que inclui não apenas o uso de álcool, mas também de qualquer outra droga, lícita ou ilícita, que possa provocar alterações de ordem psíquica.

Se a embriaguez foi causada:

- (A) por motivos alheios à vontade do agente, poderá haver apenas exclusão do juízo de culpabilidade;  
 (B) por motivos alheios à vontade do agente, poderá haver apenas redução do juízo de culpabilidade;  
 (C) voluntariamente, poderá haver exclusão ou redução do juízo de culpabilidade;  
 (D) por descuido, o sujeito deverá responder, pois o juízo de culpabilidade se mantém;  
 (E) por descuido, poderá haver apenas redução do juízo de culpabilidade.

**7. FGV - 2024**

José é detentor legalmente autorizado de uma arma de fogo e contou à sua companheira, Maria, que guardaria tal armamento na despensa. Sem a ciência de José, Maria pegou a referida arma e a entregou para seu amante, Pedro, a fim de que este matasse Abel, irmão de José, que havia ameaçado divulgar nas redes sociais o relacionamento amoroso entre Pedro e Maria. Pedro matou Abel.

De acordo com tal hipótese, nos termos do vigente Código Penal, é correto afirmar que

- (A) José e Maria são autores colaterais do crime cometido por Pedro.  
 (B) José e Maria são autores imediatos do crime de homicídio.  
 (C) José não cometeu crime e Maria é partícipe do crime cometido por Pedro.  
 (D) Maria é autora imediata do crime de homicídio.  
 (E) Maria e José não cometeram crime.

**8. FGV - 2022**

Agamenon, Aquiles, Ajax e Cadmo combinam de furtar pneus de veículos automotores do interior de um galpão cercado de mato e aparentemente abandonado. Agamenon e Cadmo permanecem no carro, ao passo que Ajax arromba o portão e Aquiles ingressa, se deparando, pouco depois, com um vigia. Diante da reação ao ingresso não consentido, de posse de um vergalhão, Aquiles golpeia, perfura e mata o vigia.

Considerando esse cenário, é correto afirmar que Agamenon, Ajax e Cadmo responderão por:

- (A) participação de menor importância;  
 (B) cooperação dolosamente distinta;  
 (C) autoria colateral;  
 (D) participação mediante omissão;  
 (E) coautoria sucessiva.

**9. FGV - 2022**

Fuminho é o líder de uma organização criminosa. Após ter sido informado da traição de um membro do grupo, Fuminho determina a um subordinado direto que providencie a execução do traidor. Na mesma noite, a ordem é transmitida a Chico Bala, integrante do nível mais baixo da organização, que executa o dissidente, conforme determinado por Fuminho.

Considerados os postulados da teoria do domínio do fato, assinale a afirmativa correta sobre o homicídio.

- (A) Fuminho é o único autor do crime.  
 (B) Fuminho cometeu o crime em autoria mediata.  
 (C) Chico Bala é partícipe no crime.  
 (D) Chico Bala é o único autor do crime.  
 (E) Fuminho é partícipe por instigação.

**10. FGV - 2024**

Caio foi processado criminalmente, tendo sido condenado em sentença transitada em julgado. A pena privativa de liberdade foi substituída por pena restritiva de direitos.

Nos termos da legislação em vigor e conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

- (A) na hipótese de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, não há suspensão de direitos políticos;  
 (B) a suspensão de direitos políticos ocorre desde a condenação, enquanto durarem seus efeitos;  
 (C) a condenação criminal, no caso de pena privativa de liberdade, importa na perda dos direitos políticos;  
 (D) a suspensão de direitos políticos decorrente de condenação criminal transitada em julgado cessa a partir da comprovação de reabilitação;  
 (E) a suspensão de direitos políticos aplica-se no caso de substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos.



**11. FGV - 2024**

No Brasil, o gênero “infrações penais” é subdividido em duas espécies: os crimes ou delitos (expressões sinônimas) e as contravenções penais. Uma diferença entre tais categorias é baseada na consequência punitiva da lesão causada ao ordenamento jurídico.

Destarte, nos termos da legislação vigente, em relação às contravenções, assinale a afirmativa correta.

- (A) É aplicável apenas a pena de multa.
- (B) São aplicáveis as penas de reclusão e detenção.
- (C) São aplicáveis as penas de prisão simples e multa, alternativa ou cumulativamente.
- (D) São aplicáveis as penas de detenção e multa.
- (E) São aplicáveis as penas de reclusão e multa.

**12. FGV - 2024**

Tício foi condenado, em sentença transitada em julgado, a uma pena final de três anos de detenção, por ter agredido fisicamente seu genitor (lesão corporal no contexto doméstico). Registre-se que o agente é reincidente pela prática de idêntico delito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, Tício iniciará o cumprimento de pena em regime:

- (A) semiaberto, não tendo direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, tampouco à suspensão condicional da pena;
- (B) aberto, tendo direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, mas não à suspensão condicional da pena;
- (C) fechado, não tendo direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, tampouco à suspensão condicional da pena;
- (D) aberto, não tendo direito à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos, tampouco à suspensão condicional da pena;
- (E) semiaberto, tendo direito à suspensão condicional da pena, mas não à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

**13. FGV - 2022**

Em relação ao tema “detracção” (Art. 42 do CP), é correto afirmar que:

- (A) não é possível a detracção da medida de segurança do tempo de prisão provisória no Brasil ou no estrangeiro;
- (B) detracção engloba intervalos compulsórios e voluntários de recolhimento domiciliar;

- (C) o período de recolhimento domiciliar fiscalizado por monitoramento eletrônico deve ser detraído;
- (D) o período de medida cautelar de recolhimento domiciliar noturno sem fiscalização eletrônica não pode ser detraído.

**14. FGV - 2022**

Ao término do expediente de trabalho, Eros vai a um bar e passa a ingerir cerveja e doses de cachaça. Após se embriagar, retorna para sua residência, onde encontra Atena, sua companheira, dormindo. Eros acorda Atena com tapas, socos e chutes, reclamando que seu jantar não estava na mesa e que, enquanto ele não chegasse em casa, ela deveria ficar à disposição para atendê-lo.

Com base no exposto, é correto afirmar que:

- (A) a embriaguez deverá servir de fator de qualificação do delito;
- (B) Eros responderá de maneira atenuada, diante do estado de embriaguez;
- (C) a embriaguez deverá servir de fator para exasperar a pena-base;
- (D) a embriaguez deverá servir de fator de causa de aumento de pena;
- (E) Eros não responderá criminalmente, diante do estado de embriaguez.

**15. FGV - 2024**

Leia o texto a seguir.

(...) *Lagarde (apud CHAKIAN, 2018) sustenta que o feminicídio pode ser praticado pelo atual ou ex-parceiro da vítima, parente, familiar, colega de trabalho, desconhecido grupos de criminosos, de modo individual ou serial, ocasional ou profissional; e, em com um, denota intensa crueldade e menosprezo para com as mulheres, tratadas como mero objetos e, portanto, descartáveis, destituídas de direitos. Cuida-se de verdadeiro crime de ódio contra as mulheres para o qual também concorre a negligência e omissão das autoridades encarregadas de prevenir e erradicar esses delitos, razão pela qual o feminicídio seria também um crime de Estado. Na análise do que denominou de teoria del feminicídio, a também antropóloga Rita Laura Segato (apud CHAKIAN, 2018) ressalta que esse impulso de ódio com relação à mulher se explica como consequência à violação às duas leis do patriarcado: a norma de controle e possessão sobre o corpo feminino e a norma de superioridade, de hierarquia masculina. Dessa forma, a reação de ódio surge quando a mulher exerce autonomia no uso de seu corpo, desrespeitando regras de fidelidade ou de celibato. Ou, ainda, quando a mulher ascende posições*

de autoridade, de poder econômico ou político, tradicionalmente ocupadas por homens, desafiado o equilíbrio assimétrico.

BIANCHINI, Alice; BAZZO, Mariana; CHAKIAN, Silvia. *Crimes contra Mulheres: Lei Maria da Penha, Crimes Sexuais, Femicídio, Violência Política de Gênero*. São Paulo: Editora

Juspodivm, 2023

Ciente das lições trazidas, no que pertine ao feminicídio, analise as afirmativas a seguir.

I. A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 até a metade se o crime for praticado na presença física ou virtual de descendente ou ascendente da vítima, assim como em caso de descumprimento apenas das medidas protetivas de urgência previstas no Art. 22, caput, incisos II e III, da Lei nº 11340/2006.

II. A legítima defesa da honra não pode ser invocada como argumento inerente à plenitude de defesa própria do tribunal do júri e sua utilização, direta ou indiretamente pela defesa, sendo que sua utilização configura nulidade, que não poderá ser arguida pelo acusado que dela se valeu

III. X matou várias mulheres, sendo que ao falar sobre os crimes afirmou que escolhia as vítimas de forma aleatória. Todas elas eram garotas de programa com quem se relacionou. Nesse contexto, X não pode ser considerado como autor de crime de ódio, porque as vítimas não eram estranhas a ele.

IV. Caso Flávio, ciente de que Bianca, sua esposa, está grávida de 4 meses, atire nela e, com isso, cause seu falecimento e o do feto, ele responderá pelo feminicídio consumado e pelo aborto consumado sem o consentimento da gestante, em concurso formal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) II e IV, apenas.

#### 16. FGV - 2024

Júlio desferiu um tapa no rosto de Jacinto, que foi projetado contra um poste em que havia um fio de alta tensão exposto, algo que não foi visto nem poderia ser imaginado por Júlio, pois já era noite e havia pouca iluminação. Jacinto recebeu uma forte descarga elétrica, que foi causa suficiente de sua morte.

Sobre a responsabilidade de Júlio pelo resultado morte, assinale a afirmativa **correta**.

(A) Júlio deve responder pelo homicídio doloso de Jacinto, tendo em vista que o resultado morte não teria ocorrido se não fosse a agressão dolosa.

(B) A descarga elétrica é uma concausa superveniente relativamente independente que, por si só, produziu o resultado morte, devendo Júlio responder por lesão corporal.

(C) Júlio agiu com dolo no delito antecedente e culpa no consequente, devendo responder por delito preterdoloso de lesão corporal seguida de morte.

(D) A descarga elétrica pode ser imputada a Júlio, ante a violação objetiva de um dever de cuidado, devendo Júlio ser responsabilizado por homicídio culposos.

#### 17. FGV - 2022

Constitui categoria fora do âmbito de proteção da qualificadora do "homicídio funcional":

- (A) guardas municipais;
- (B) integrantes do Conselho Penitenciário;
- (C) policiais aposentados;
- (D) integrantes da Comissão Técnica de Classificação;
- (E) juízes de direito.

#### 18. FGV - 2022

Veículos autônomos são aqueles motorizados cujo movimento no trânsito é, de diversas formas, determinado por algoritmo pré-programado, e não por pessoa sentada ao volante. Por trás de uma máquina autônoma, há uma pessoa física que, de alguma forma, interferiu em seu funcionamento, normalmente pela programação e inserção de dados. Assim, em relação à imputação subjetiva do resultado, se reconhece a possibilidade de ocorrência de crime doloso ou culposos.

Nas hipóteses de punibilidade culposa, é correto afirmar que:

- (A) quem introduz no mundo um agente inteligente, com capacidade de aprendizagem conforme as informações sejam inseridas, pode negar sua responsabilidade pelos danos causados por reações equivocadas não previsíveis;
- (B) os robôs com inteligência artificial são agentes morais genuínos e sua programação interna funciona segundo um sistema de "méritos" e "deméritos" para certas decisões que eles tomam;
- (C) os denominados "algoritmos de acidente", aqueles que selecionam vítimas em casos de inevitável colisão no tráfego dos carros autônomos, geram responsabilidade penal pela morte decorrente de atropelamento;
- (D) os robôs com inteligência artificial são máquinas que completam suas tarefas conforme sua programação, que equivale à autodeterminação humana sobre razões morais;

# NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

## 1. FGV - 2024

Há uma década, foi editada lei que pretende resguardar as várias administrações contra atos que possam ser qualificados como “de corrupção”. Trata-se da Lei nº 12.846, de agosto de 2013, que objetiva proteger tanto administrações públicas nacionais quanto estrangeiras em face de atos praticados por pessoas jurídicas que atentem contra os seus respectivos patrimônios, ou que comprometam princípios, entre outras situações.

Sobre a legislação mencionada, assinale a afirmativa correta.

- (A) Sempre que a pessoa jurídica for responsabilizada, os seus dirigentes ou administradores o serão de forma objetiva.
- (B) A responsabilização da pessoa jurídica exclui a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores.
- (C) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos previstos na mencionada lei.
- (D) A pessoa jurídica apenas poderá ser responsabilizada se houver a responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores.
- (E) Caso haja fusão ou incorporação da empresa, a responsabilidade da sucessora continuará ampla e gerará a responsabilidade direta dos seus dirigentes ou administradores objetivamente.

## 2. FGV - 2024

Após o devido processo legal, apurou-se que a sociedade empresária Magenta praticou conduta que caracteriza ato lesivo à Administração Pública.

Assim, a aplicação das sanções pertinentes, à luz do disposto da Lei nº 12.846/2013, deve levar em consideração

- (A) a gravidade da infração, a consumação ou não da infração, o efeito negativo por ela produzido, além do grau de instrução dos acionistas da pessoa jurídica, entre outros aspectos relevantes.
- (B) a gravidade da infração, a consumação ou não da infração, o grau de lesão ou perigo de lesão, a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregulari-

dades, entre outros aspectos relevantes.

(C) a gravidade da infração, a consumação ou não da infração, a vantagem auferida, independentemente daquela que foi pretendida pelo infrator, o efeito negativo produzido pela infração, entre outros aspectos relevantes;

(D) a gravidade da infração, a consumação ou não da infração, a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações, o grau de lesão ou perigo de lesão, não podendo, contudo, ser considerado o valor dos contratos mantidos pela pessoa jurídica com o órgão ou entidade pública lesados, dentre outros aspectos relevantes.

## 3. FGV - 2023

O Estado Delta instaurou processo administrativo para apuração da responsabilidade da sociedade empresária Beta pela prática de ato contra a administração pública estadual, consistente em fraude à licitação.

No caso em tela, consoante dispõe a Lei federal nº 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, a sociedade empresária Beta, na esfera administrativa, está sujeita a algumas sanções, como:

- (A) publicação ordinária da decisão condenatória, vedada a forma de extrato de sentença, a expensas da pessoa jurídica infratora;
- (B) acordo de leniência, que necessariamente deve prever a identificação dos demais envolvidos na infração e a obtenção célere de informações e documentos que comprovem o ilícito sob apuração;
- (C) perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, independentemente do direito de terceiro de boa-fé, face à supremacia do interesse público;
- (D) proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo mínimo de dois e máximo de oito anos;

(E) multa, no valor de 0,1% a 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

#### 4. FGV - 2023

A sociedade empresária XYZ, em junho de 2021, interveio na atuação de determinada agência reguladora, buscando obter proveitos para a atividade empresarial exercida. Meses após os fatos, a sociedade empresária XYZ e a entidade concorrente ABC, com aprovação do CADE, consumaram a operação societária de fusão, ensejando o engendramento de nova pessoa jurídica.

Após meses de investigação, comprovou-se que a operação societária de fusão não teve objetivo de fraude ou de simulação. Nesse cenário, considerando os ditames da Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que:

(A) a sociedade empresária sucessora, fruto da fusão, não está sujeita às sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, em razão dos atos perpetrados pela sociedade empresária XYZ, porquanto a operação societária ocorreu após os fatos e a investigação comprovou que não houve intuito de fraude ou de simulação;

(B) a instauração e o julgamento de processo administrativo para apuração da responsabilidade da pessoa jurídica caberá à autoridade máxima de cada órgão ou entidade, que agirá mediante provocação ou de ofício, inexistindo, na última hipótese, ofensa ao princípio da imparcialidade;

(C) a sociedade empresária sucessora, fruto da fusão, está sujeita a todas as sanções previstas na Lei nº 12.846/2013, em razão dos atos perpetrados pela sociedade empresária XYZ, porquanto a operação societária ocorreu após os fatos;

(D) a responsabilização da pessoa jurídica pressupõe a apuração das condutas individuais dos dirigentes ou administradores, porquanto a entidade, enquanto ficção jurídica, atua por intermédio de pessoas naturais;

(E) as pessoas jurídicas serão responsabilizadas subjetivamente, nos âmbitos administrativo e civil, pelos atos lesivos previstos na Lei nº 12.846/2013, praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

#### 5. FGV - 2024

Após tomar conhecimento de que as sociedades Begônia, Dália e Caliandra estavam envolvidas em um esquema para fraudar licitações e contratos delas decorrentes, o que caracteriza ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei nº 12.846/2013, as autoridades competentes estão adotando as medidas pertinentes para fins de responsabilização com fulcro na mencionada norma, sendo certo que se está cogitando a formalização de um acordo de leniência.

Acerca do aludido tema, à luz do disposto na Lei nº 12.846/2013, é correto afirmar que:

(A) a proposta de acordo de leniência rejeitada importa no reconhecimento da prática do ilícito investigado;

(B) a formalização do acordo de leniência, com base na Lei Anticorrupção, poderá também isentar ou atenuar as sanções administrativas que estejam previstas na Lei de Licitações;

(C) a sociedade interessada só precisa admitir sua participação e cooperar plena e permanentemente com as investigações para a formalização do acordo de leniência por se tratar do único requisito necessário para tanto;

(D) o acordo de leniência poderá ser formalizado com as três sociedades envolvidas no aludido esquema, independentemente de qual seja a primeira a manifestar o interesse em cooperar com a apuração do ilícito;

(E) a formalização do acordo de leniência pode isentar a sociedade envolvida no esquema de aplicação das sanções previstas na legislação em tela, bem como poderá eximi-la de reparar em parte o erário, caso seja do interesse da Administração Pública.

#### 6. FGV - 2023

A sociedade empresária Alfa praticou ato lesivo à administração pública do Estado Beta, pois, em matéria de licitações e contratos, obteve *vantagem* indevida, de modo fraudulento, em sucessivas prorrogações de contrato administrativo, sem autorização legal, no ato convocatório da licitação pública ou no respectivo instrumento contratual.

Com a devida orientação de seu advogado, visando obter isenção de sanções que provavelmente lhe seriam aplicadas, a sociedade empresária firmou com o Estado Beta acordo de leniência.

No caso em tela, nos termos da chamada Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/13), a celebração do citado acordo isentará a sociedade empresária Alfa da proibição de re-

ceber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos na forma prevista na lei, bem como da sanção de

- (A) multa civil, e reduzirá à metade a obrigação de ressarcimento dos danos ao erário.
- (B) obrigação de ressarcimento ao erário e da medida de suspensão ou interdição parcial de suas atividades.
- (C) publicação extraordinária da decisão condenatória e reduzirá, em até 2/3 (dois terços), o valor da multa aplicável.
- (D) multa administrativa, e condicionará a manutenção das atividades da pessoa jurídica à adoção de programa de integridade, no prazo de 90 (noventa) dias da assinatura do acordo.

#### 7. FGV - 2023

O Ministério Público Federal ajuizou ação por improbidade em desfavor de um médico da iniciativa privada, sócio de determinada sociedade que presta serviços laboratoriais custeados pelo Sistema Único de Saúde, sob a alegação de que o aludido médico, dolosamente, falsificou diversos exames atinentes ao serviço público com relação à compatibilidade de órgãos para a realização de transplantes, cujos laudos foram por ele assinados.

Tal fato impactou gravemente a qualidade e a expectativa de vida das pessoas que estavam na respectiva fila, pois importou em transplantes de órgãos falsamente compatíveis, além de impedir cirurgias em pessoas que eram realmente compatíveis.

Diante dessa hipótese, considerando o disposto na Lei nº 8.429/92 e suas alterações, assinale a afirmativa correta.

- (A) O médico não é parte legítima para a ação de improbidade, pois não se enquadra no conceito de agente público.
- (B) O médico, por ser particular, não poderia constar do polo passivo da demanda sem a presença do agente público que tenha com ele atuado em conluio.
- (C) O médico não poderia constar do polo passivo da demanda, sem que esta fosse integrada também pela sociedade empresarial da qual é sócio.
- (D) O médico é parte legítima para figurar sozinho em ação de improbidade, pois, assim como os agentes públicos, todos os particulares devem ser amplamente responsabilizados individualmente em qualquer situação quando praticarem condutas que violem o interesse coletivo.

(E) O médico deve constar do polo passivo da demanda, pois sendo remunerado pelo Sistema Único de Saúde deve ser equiparado a agente público para efeitos da lei de improbidade, pois exerce função pública delegada.

#### 8. FGV - 2024

Semana passada, Gilson, prefeito do Município Alfa, no exercício de suas atribuições, praticou ato de improbidade que causou prejuízo ao erário, em razão da realização de operação financeira sem a observância das normas legais e regulamentares, sendo certo que tal conduta não importou em perda patrimonial efetiva para os cofres públicos.

Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que

- (A) Gilson responde objetivamente pelo mencionado ato de improbidade.
- (B) a conduta descrita não se enquadra no rol taxativo do ato de improbidade em análise.
- (C) a ausência de perda patrimonial efetiva inviabiliza a caracterização de tal ato de improbidade.
- (D) a referida conduta conforma o ato de improbidade, ainda que Gilson tenha atuado de forma culposa.
- (E) a configuração da improbidade em questão não importará em ressarcimento ao erário, caso não haja enriquecimento sem causa de terceiros.

#### 9. FGV - 2024

Patrício, policial civil, no exercício das suas funções e durante o seu turno de serviço, ao tomar conhecimento de um crime de estupro de vulnerável ocorrido em uma comunidade rural, acessou o Sistema que gerencia a tramitação dos Inquéritos Policiais da Corporação e divulgou os fatos em um perfil de rede social que publica notícias policiais, com o fim de obter engajamento e monetização da página. Com isso, revelou fato de que teve ciência em razão das atribuições do cargo e que deveria permanecer em segredo. No decorrer das investigações, após autorização judicial, soube-se que o perfil havia sido registrado com os dados pessoais do agente público.

À luz da Lei nº 8.429/92, que versa sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, é correto afirmar que

- (A) para que tal ato configure improbidade administrativa, é necessário comprovar que, em sua conduta funcional, Patrício tinha por fim obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.

(B) o enquadramento da conduta funcional de Patrício como ato de improbidade administrativa independe da demonstração objetiva da prática de ilegalidade no exercício da função pública.

(C) para ser passível de sancionamento, tal ato de improbidade por parte de Patrício prescinde de lesividade ao bem jurídico tutelado.

(D) a ação para a aplicação da sanção por improbidade administrativa a Patrício prescreve em 5 (cinco) anos, contados a partir da ocorrência do fato.

(E) Patrício estará sujeito, por tal ato de improbidade administrativa, à perda da função pública e ao pagamento de multa civil de até 24 (vinte e quatro) vezes o valor da remuneração por ele percebida.

#### 10. FGV - 2024

Luana, recentemente, foi investida no cargo de analista do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá e tem o verdadeiro pavor de vir a ser responsabilizada por ato de improbidade que atente contra os princípios da Administração Pública em decorrência do exercício de suas atribuições, razão pela qual decidiu perquirir quais seriam as condutas passíveis de tal enquadramento, na forma da Lei nº 8.429/1992, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021, dentre as quais é correto destacar:

(A) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;

(B) deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades;

(C) celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

(D) perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem público ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço inferior ao valor de mercado;

(E) utilizar, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de quaisquer das entidades referidas na respectiva lei, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades.

#### 11. FGV - 2023

Pitágoras, Oficial de Promotoria do Ministério Público do Estado de São Paulo, dolosamente recebeu vantagem econômica, correspondente à propina de vinte mil reais, para omitir ato que deveria praticar de ofício, no exercício de suas atribuições.

Considerando o disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que Pitágoras

(A) não praticou ato de improbidade, pois a conduta está sujeita à sanção penal.

(B) praticou ato de improbidade que importa em enriquecimento ilícito.

(C) praticou ato de improbidade que causa prejuízo ao erário.

(D) praticou ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.

(E) não praticou ato de improbidade, pois a conduta deve ser responsabilizada na esfera disciplinar.

#### 12. FGV - 2023

No exercício de suas atribuições como servidora de cargo efetivo do Ministério Público do Estado de São Paulo, Maura prestou informações legitimamente solicitadas por interessado, mas, dolosamente, negou publicidade a ato oficial, em benefício indevido de sua irmã Mirtes, pois acreditava que a divulgação de tal dado poderia prejudicar sua vida pessoal.

Acerca da conduta de Maura, é correto afirmar que a mencionada negativa de publicidade

(A) não caracteriza ato de improbidade administrativa, pois seu objetivo era preservar a sua família.

(B) não caracteriza improbidade administrativa, pois tal conduta deixou de ser tipificada com as alterações promovidas pela alteração legislativa de 2021.

(C) caracteriza ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.

(D) caracteriza ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.

(E) caracteriza ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.

# LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

## 1. FGV - 2024

*“Devido à disputa entre as autoridades do Rio de Janeiro e de Vila Rica pela competência para julgar os sediciosos, a rainha, D. Maria I, determinou, através da Carta Régia de 17.07.1790, a composição de uma Alçada, na qual Desembargadores de Lisboa eram os responsáveis pelo julgamento. Após a oitiva dos vinte e nove réus, seguiu-se o prazo de cinco dias para defesa.*

*Os réus argumentaram que não cometeram crime algum, porquanto o movimento fora abortado, ainda em seu início, com a suspensão da Derrama. Apesar disso em 18 de abril de 1792, foi publicada a sentença pela Alçada, condenando onze réus à morte (na prática dez, porque Cláudio Manuel da Costa se “suicidara” no cárcere), e outros participantes receberam penas menores como açoites e o degredo eterno.”*

*(A sentença condenatória de Tiradentes e a construção do mito. Ensaio elaborado por Andréa Vanessa da Costa Val, Assessora da Memória do Judiciário Mineiro, e por Carine Kely Rocha Viana, sob a supervisão do Superintendente, Desembargador Hélio Costa. Jurisp. Mineira, Belo Horizonte, a. 59, nº 187, p. 13-18, out./dez. 2008)*

Sobre os sistemas processuais penais e os princípios do processo penal no âmbito do processo mencionado pelo texto (julgamento de Tiradentes), é correto afirmar que o sistema processual então vigente apresentava traços mais característicos do sistema

- (A) inquisitivo, e o princípio do juiz natural não foi observado, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (B) acusatório, e o princípio da ampla defesa não foi observado, o que se pode inferir do texto apresentado.
- (C) misto, e os princípios fundamentais do processo penal foram observados, o que se extrai claramente do texto apresentado.
- (D) inquisitivo, e não é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.
- (E) acusatório, e é possível, pelo texto, observar o malferimento de princípios fundamentais do processo penal.

## 2. FGV - 2024

A respeito do princípio da presunção de inocência, analise as afirmativas a seguir.

I. O Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral da matéria atinente à possibilidade de execução imediata de pena aplicada pelo Tribunal do Júri, ainda que a sentença condenatória proferida não tenha transitado em julgado.

II. Segundo assentado na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a presunção de inocência impõe que a decretação de prisão cautelar se baseie em elementos concretos extraídos dos autos, não sendo possível a vedação de liberdade provisória ex lege.

III. Tendo em vista que os recursos especial e extraordinário não possuem efeito suspensivo, a pena imposta em acórdãos proferidos por tribunais de 2º grau pode ser executada imediatamente, desde que efetuada a detração da prisão cautelar anteriormente imposta.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

## 3. FGV - 2022

Durante a realização de abordagem, guarnição composta por dois policiais militares do Batalhão de Polícia Rodoviária, no posto da Via Lagos, logrou identificar quatro agentes que transportavam em seu veículo expressiva quantidade de cocaína, acondicionada em tabletes, bem como, no forro do veículo, armas de fogo escondidas. Os abordados não ofereceram resistência ou se opuseram às ordens policiais. Os policiais militares, no entanto, efetuaram a algemação dos capturados, procedendo ao seu transporte até a unidade de Polícia Judiciária de plantão.

O uso das algemas, no presente caso, é:

- (A) ilegal, diante da ausência de resistência ou oferecimento de risco concreto à guarnição;
- (B) legal, diante do risco à integridade física dos policiais e de terceiros;

- (C) ilegal, diante da ausência de qualquer oposição às ordens policiais;
- (D) legal, diante do exercício regular do direito, decorrente da operação policial executada;
- (E) ilegal, diante da ausência de justificação, por escrito, da necessidade da aplicação da contenção.

#### 4. FGV - 2022

Sobre a possibilidade de imposição de astreintes no processo penal, visando conferir efetividade às decisões judiciais, é correto afirmar que:

- (A) no balizamento dos valores da multa coercitiva devem incidir aqueles decorrentes da penalidade por ato atentatório à dignidade da justiça;
- (B) sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, deve o juiz aplicar multa, de acordo com a gravidade da conduta do réu e as circunstâncias concretas do caso submetido a processo e julgamento;
- (C) a decisão que impõe medida cautelar emergencial de constrição de ativos financeiros mediante a utilização do sistema BacenJud é incompatível com o contraditório diferido e a posterior revisão da decisão;
- (D) o Art. 139, IV, do Código de Processo Civil, que autoriza o juiz a determinar todas as medidas indutivas, coercitivas, mandamentais ou sub-rogatórias necessárias para assegurar o cumprimento de ordem judicial, não tem aplicação ao processo penal;
- (E) não viola o princípio do contraditório a constrição de numerário por meio do sistema BacenJud quando o devedor, após deixar de cumprir determinação judicial anterior e de realizar o pagamento de multa diária cominada, é alertado do risco de adoção de outras medidas cautelares.

#### 5. FGV - 2022

Considerando os princípios de Direito Processual Penal, com base na Constituição da República de 1988, no Código de Processo Penal e na jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) O princípio do duplo grau de jurisdição tem previsão expressa na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, promulgada pelo Decreto nº 678, de 06/11/1992, contudo não possui previsão expressa na Constituição da República de 1988.

( ) O indivíduo, que possui contra si mandado de prisão em aberto e que apresenta documento de identidade falso no momento da abordagem policial, não comete o

crime disposto no Art. 304 do Código Penal (uso de documento falso), posto que está exercendo o seu direito de autodefesa.

( ) A publicidade restrita é regra geral dos atos processuais no processo penal, ao passo que a publicidade ampla é exceção e ocorre nas situações expressamente previstas em lei, dependendo de decisão judicial no caso concreto.

( ) Durante a investigação criminal, a defesa técnica é imprescindível, em razão da observância dos princípios do contraditório e ampla defesa do acusado.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – F – F – V.
- (B) V – F – F – F.
- (C) F – V – V – F.
- (D) F – V – V – V.

#### 6. FGV - 2022

Hermes foi denunciado pelo delito de falsidade ideológica eleitoral (Art. 350 do Código Eleitoral), corrupção passiva (Art. 317 do Código Penal) e lavagem de dinheiro (Art. 1º da Lei nº 9.613/1998), pois, na qualidade de servidor público, recebeu propina de uma empresa para deixar de atuar na sua atividade-fim, ocultando, na sequência, esse valor, por meio da simulação de uma atividade lícita. Tendo se candidatado a cargo eletivo, falseou sua declaração de bens eleitorais, para manter a ocultação dos valores indevidamente auferidos. A Justiça Eleitoral absolveu Hermes das imputações, entendendo que não havia qualquer ilícito eleitoral. Ato seguinte, Hermes foi denunciado pelo Ministério Público estadual, pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro, repetindo o articulado na denúncia oferecida anteriormente na Justiça Eleitoral.

A nova imputação deve ser:

- (A) recebida, pois, ao absolver o réu do delito eleitoral, a Justiça Especializada deixou de ter competência;
- (B) recebida, pois houve alteração substancial na imputação, com a exclusão do contexto delitivo-eleitoral;
- (C) recebida, pois os delitos comuns não são acobertados pela coisa julgada da Justiça Eleitoral;
- (D) rejeitada, com base no princípio da vedação à dupla incriminação, limite derivado da coisa julgada;
- (E) não recebida, pela ausência de possibilidade jurídica do pedido.



**7. FGV - 2022**

Em relação ao princípio da duração razoável do processo, é correto afirmar que a análise da indevida ou excessiva duração depende do(a):

- (A) soma aritmética dos prazos processuais;
- (B) passagem de noventa dias sem reavaliação judicial;
- (C) análise dos prazos previstos em lei, de maneira global;
- (D) princípio da razoabilidade e das peculiaridades do caso;
- (E) análise dos prazos previstos em lei, de maneira individual.

**8. FGV - 2022**

Ao chegar a um "local de fato", ainda não sabendo que se trata de um local de crime, de acordo com o Art. 6º do CPP, a primeira providência da Autoridade Policial deve ser a de

- (A) apreender objetos que tiverem relação com o fato, evitando a perda de objetos potencialmente importantes.
- (B) ouvir o indiciado, a fim de decidir sobre a necessidade de sua detenção imediata.
- (C) prender o suspeito, a fim de evitar sua fuga.
- (D) preservar o local.
- (E) ouvir o ofendido, para que se defina a área a ser isolada.

**9. FGV - 2022**

Durante o inquérito policial, foi judicialmente determinada a busca e apreensão domiciliar de um computador específico na residência de Helena. Contudo, os agentes confundiram-se e apreenderam o computador que estava na residência da vizinha de Helena.

Nessa hipótese, é correto afirmar que

- (A) os elementos de informação colhidos nesse ato não poderão integrar o material probatório a ser valorado pelo juiz.
- (B) os elementos de informação colhidos nesse ato poderão integrar o material probatório a ser valorado pelo juiz.
- (C) em regra, vícios do inquérito policial projetam-se para a ação penal.
- (D) vícios do inquérito policial sempre acarretam a nulidade da ação penal.
- (E) como foi judicialmente determinada a busca e apreensão domiciliar, esta foi regular.

**10. FGV - 2024**

Thiago agrediu verbal e fisicamente sua esposa Nicole, após crise de ciúmes. Ato contínuo, Nicole comunicou o fato à autoridade policial, que instaurou inquérito policial.

Finda a investigação, entendendo presentes a autoria e materialidade do fato típico, o delegado de polícia indiciou Thiago pelo crime de lesão corporal decorrente da condição do sexo feminino, o qual, segundo o art. 129, § 13, do Código Penal, é punido com pena de reclusão, de um ano a quatro anos.

Recebidos os autos no Ministério Público, tanto Thiago quanto Nicole informaram ao promotor de justiça com atribuição para o caso que o ocorrido havia sido uma situação pontual. Outrossim, Nicole disse que não desejava ver Thiago sendo processado criminalmente.

Em tal contexto, caberá ao promotor de justiça propor

- (A) acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente à reprovação e prevenção do crime, cumpridas as condições estabelecidas no acordo.
- (B) transação penal, nos termos da Lei nº 9.099/1995, uma vez que a infração penal praticada por Thiago é de menor potencial ofensivo, não cabendo a celebração de acordo de não persecução penal na hipótese.
- (C) ação penal, pois incabível a celebração de acordo de não persecução penal, exclusivamente em razão da pena aplicável em abstrato à infração penal.
- (D) a ação penal, pois incabível a celebração de transação penal, bem como de acordo de não persecução penal na situação narrada, diante da natureza da infração penal
- (E) acordo de não persecução penal, independentemente das condições que vierem a ser estabelecidas no acordo, bem como de sua efetividade para a reprovação da infração penal.

**11. FGV - 2024**

Daniel, primário e portador de bons antecedentes, está sendo investigado por ter praticado, em tese, o crime de estelionato. Preocupado com o andamento do inquérito policial, o agente contrata um advogado, que lhe informa sobre as vantagens e desvantagens dos institutos despenalizadores que existem na ordem jurídica pátria, em especial o acordo de não persecução penal. Sobre a hipótese narrada, considerando as disposições do Código de Processo Penal e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- (A) No caso de recusa de oferecimento do acordo de não persecução penal pelo membro do Parquet, o recurso dirigido às instâncias administrativas contra o parecer da instância superior do Ministério Público

detém efeito suspensivo capaz de sustar o andamento de ação penal.

(B) Após a assinatura do acordo de não persecução penal pelas partes, os autos serão encaminhados ao juiz, o qual, verificada a legalidade e voluntariedade do negócio jurídico processual, o homologará.

(C) Homologado judicialmente o acordo de não persecução penal, o juiz encaminhará os autos ao juízo da execução penal, para dar início ao cumprimento das condições postas.

(D) A revogação do acordo de não persecução penal não exige que o investigado seja intimado para justificar o descumprimento das condições impostas na avença.

(E) O Ministério Público deve notificar o investigado acerca da proposta do Acordo de Não Persecução Penal.

#### 12. FGV - 2024

Sobre a ação penal pública, assinale a afirmativa correta.

(A) A ação penal pública será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça ou de representação do ofendido.

(B) A representação será irretroatável depois de recebida a denúncia.

(C) No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, extingue-se automaticamente o direito de representação.

(D) Nos casos em que caiba a ação pública, qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, exceto se reincidente em crime doloso.

(E) Não há hipótese legal de admissão do ajuizamento de ação penal privada nos crimes submetidos à ação penal pública.

#### 13. FGV - 2022

No que se refere ao tema da ação penal, é correto afirmar que:

(A) o exercício da ação penal pelo crime de estelionato, em qualquer caso, depende de representação do ofendido;

(B) a queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos, cabendo ao Ministério Público velar pela sua divisibilidade;

(C) não será cabível ação penal privada subsidiária da pública pelo ofendido quando o órgão de execução do Ministério Público promover o arquivamento do inquérito policial;

(D) nos casos em que a lei exigir a representação do ofendido nos crimes processados por ação penal pública, a vítima não poderá retratar-se da representação depois do recebimento da denúncia;

(E) todos os crimes contra a honra estão submetidos ao regime da ação penal privada, salvo quando praticados em desfavor do presidente da República ou contra chefe de governo estrangeiro, ocasião na qual se processam mediante ação penal pública, após requisição do ministro da Justiça.

#### 14. FGV - 2022

Nos casos de ações penais em curso, alcançadas por sucessão de lei nova que acarrete observância do princípio da continuidade normativo-típica, a denúncia ou queixa deverá:

(A) ser ratificada;

(B) ser retificada;

(C) ser rerratificada;

(D) ser extinta;

(E) prosseguir sem alterações.

#### 15. FGV - 2022

Magda é servidora pública federal, trabalhando como professora em instituição de Ensino Superior mantida pela União no Estado do Rio de Janeiro. Magda vem a ser vítima de ofensa à sua honra subjetiva em sala de aula, sendo chamada de “piranha” e “vagabunda” por Márcio, aluno que ficara revoltado com sua reprovação em disciplina ministrada por Magda.

Nessa situação, assinale a afirmativa correta.

(A) Magda só pode ajuizar queixa-crime contra Márcio, imputando-lhe crime de injúria.

(B) Magda só pode oferecer representação contra Márcio, imputando-lhe crime de injúria.

(C) Magda não pode ajuizar queixa-crime nem oferecer representação contra Márcio, imputando-lhe crime de injúria.

(D) Magda pode optar entre ajuizar queixa-crime ou oferecer representação contra Márcio, imputando-lhe crime de injúria.

#### 16. FGV - 2022

Assinale a opção que descreve um caso de perempção.

(A) A prisão em flagrante foi lavrada de forma ilegal.

(B) A pessoa ofendida não exerceu o direito de representação no prazo estabelecido em lei.

(C) A sociedade empresária querelante extinguiu-se sem deixar quem a sucedesse no processo.

# DIREITOS HUMANOS

## 1. FGV - 2024

Com a promulgação, no ano de 1988, da atual Constituição da República, o constituinte dedicou um título para dispor sobre os direitos e garantias fundamentais, disciplinando em seu artigo 5º e incisos, rol de direitos individuais e coletivos.

A esse respeito, avalie as afirmativas a seguir.

I. Os direitos fundamentais são normas cujo objetivo é promover a dignidade humana.

II. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, para sua aplicabilidade, precisam ser regulamentadas pelo Poder Executivo.

III. Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

IV. A tortura será tolerada, na hipótese da defesa de bem jurídico relevante de outrem.

Estão corretas

(A) I, III e IV, apenas.

(B) I, II e III, apenas.

(C) I e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

## 2. FGV - 2023

Carlos, praticante de religião politeísta, é internado em hospital de orientação cristã e solicita assistência espiritual a ser conduzida por um líder religioso de sua crença.

Os parentes de Carlos, mesmo cientes de que a assistência solicitada se resumiria a uma discreta conversa, estão temerosos de que a presença do referido líder coloque em risco a permanência de Carlos no hospital, em virtude de representar uma vertente religiosa não aderente à fé adotada pela instituição hospitalar.

Os parentes de Carlos o procuram, como advogado(a), para conhecer os procedimentos adequados à situação narrada.

Você os informou que, segundo o sistema jurídico-constitucional brasileiro, o hospital

(A) pode negar a autorização para a assistência espiritual em religião diversa daquela preconizada pela instituição, embora não fosse o caso de Carlos perder a vaga.

(B) não pode negar o apoio espiritual solicitado, mesmo que a assistência seja prestada em bases religiosas diversas daquela oficialmente preconizada pelo hospital.

(C) somente está obrigado a autorizar a assistência religiosa caso já tivesse permitido que sacerdote de outra religião exercesse atividades religiosas em suas instalações.

(D) tem, como instituição privada, total autonomia para estabelecer regras para situações como esta, podendo permitir ou negar o pedido, de acordo com seu regulamento interno.

## 3. FGV - 2023

Após inúmeras audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa do Estado Alfa, um grupo de deputados estaduais apresentou projeto de lei, que veio a ser aprovado, dando origem à Lei nº XX. De acordo com esse diploma normativo, direcionado à proteção dos animais, era expressamente permitido o sacrifício ritual de animais em cultos de religiões de matriz africana.

Irresignado com a permissão de sacrifício estabelecida na Lei nº XX, uma associação de proteção aos animais consultou um advogado a respeito de sua compatibilidade com a ordem constitucional, sendo-lhe corretamente respondido que o referido diploma normativo é:

(A) inconstitucional, pois afronta a competência privativa da União para legislar sobre a proteção da fauna;

(B) constitucional, pois resguarda a liberdade religiosa e o exercício de uma manifestação cultural;

(C) inconstitucional, pois afronta a laicidade do Estado, que não deve se imiscuir em questões religiosas;

(D) constitucional, pois a proteção constitucional é direcionada aos seres humanos, não aos animais;

(E) inconstitucional, pois é vedada a submissão dos animais a qualquer espécie de sofrimento.

**4. FGV - 2023**

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) teve como prioridade a disposição de uma ampla gama de direitos em seu texto, ficando conhecida como Constituição Cidadã.

Sobre os direitos previstos expressamente na CF/88, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ninguém será submetido à tortura, exceto em caso de estado de sítio.
- (B) É livre a manifestação do pensamento, sendo, no entanto, vedado o anonimato.
- (C) A prestação de assistência nas entidades de interação coletiva é assegurada, salvo a religiosa.
- (D) É garantido o direito de propriedade, tendo como exceção o confisco para reforma agrária.
- (E) A criação de associações é livre, desde que autorizadas pelo Poder Executivo.

**5. FGV - 2023**

A associação dos moradores do Bairro Delta vinha realizando muitas e fundadas críticas à gestão do prefeito municipal, o que comprometia a sua popularidade. Preocupado com a próxima eleição municipal, quando concorreria à reeleição, o prefeito municipal solicitou que sua assessoria analisasse a possibilidade de a associação de moradores vir a ser dissolvida compulsoriamente.

A assessoria respondeu, corretamente, que:

- (A) nenhuma associação, uma vez constituída em harmonia com a ordem jurídica, pode vir a ser dissolvida;
- (B) a associação de moradores somente pode ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, em estando presentes os requisitos exigidos;
- (C) como a associação de moradores necessitou de autorização do Município para ser constituída, bastaria a revogação dessa autorização para que ela fosse dissolvida;
- (D) como a associação de moradores necessitou de autorização em lei municipal específica para ser constituída, somente outra lei municipal poderia determinar que fosse dissolvida;
- (E) a dissolução compulsória da associação de moradores é da alçada do Município, mas pressupõe a comprovação de que tenha sido utilizada para a prática de atos ilícitos, assegurada a ampla defesa.

**6. FGV - 2023**

Ana, estudante, questionou o seu professor de direito constitucional sobre a possibilidade, ou não, de um tratado internacional sobre direitos humanos vir a revogar uma norma constitucional colidente.

O professor respondeu, corretamente, que tratado dessa natureza:

- (A) ao ser incorporado à ordem interna, tem a natureza de lei ordinária, inferior, portanto, à norma constitucional, não podendo revogá-la;
- (B) por integrar o direito internacional público, ao ser incorporado à ordem interna, acarreta a suspensão da eficácia da norma interna divergente, não a sua revogação;
- (C) pode acarretar a revogação de uma norma constitucional se for aprovado, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, por três quintos dos votos dos respectivos membros;
- (D) acarreta a revogação das normas internas colidentes, constitucionais ou infraconstitucionais, considerando o princípio da prevalência do interesse, de modo que a dignidade humana sempre deve preponderar;
- (E) acarreta a suspensão da eficácia da norma constitucional colidente, se incorporado à ordem interna após manifestação favorável do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, pelo voto da maioria absoluta dos respectivos membros.

**7. FGV - 2023**

Na região mais pobre do Município Alfa, um caminhão desgovernado adentrou a residência de Ana, causando um grande desabamento no local.

Ao constatar o ocorrido, Maria, vizinha de Ana, questionou sua filha a respeito da possibilidade de entrarem na casa para verificar se havia alguma pessoa ferida no local, sendo-lhe corretamente informado que o ingresso na residência, de acordo com a ordem constitucional:

- (A) está condicionado à presença de duas testemunhas;
- (B) somente seria possível com o consentimento de Ana;
- (C) poderia ocorrer, ainda que não houvesse o consentimento de Ana;
- (D) poderia dispensar o consentimento de Ana, mas apenas se houvesse ordem judicial;
- (E) poderia dispensar o consentimento de Ana, mas apenas se fosse feito por policiais civis ou militares.

**8. FGV - 2023**

A Constituição da República de 1988 foi um marco na nossa história por ter trazido uma extensa lista de direitos fundamentais do cidadão.

Com base no Art. 5º da Constituição da República de 1988, a seguinte opção **não** corresponde corretamente aos direitos e às garantias fundamentais do cidadão:

- (A) homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos da Constituição da República.
- (B) são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.
- (C) é plena a liberdade de associação para fins lícitos, inclusive a de caráter paramilitar.
- (D) não haverá penas de morte, salvo em caso de guerra declarada.
- (E) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

**9. FGV - 2023**

Carla, Ministra de Estado de Direitos Humanos do Governo Federal, no exercício de suas atribuições, expedite ato administrativo que vem a ser impugnado judicialmente em sede de mandado de segurança.

O remédio constitucional foi ajuizado perante o Supremo Tribunal Federal (STF) tendo sido indicado como autoridade coatora o Presidente da República, visto e o Poder Executivo é por ele exercido com auxílio dos Ministros de Estado, tendo o Presidente apresentado, tempestivamente, esclarecimentos no bojo do processo em curso.

Nesse sentido, considerando que a competência para julgamento de mandado de segurança contra Ministros de Estado se dá perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e contra Presidente da República se dá perante o STF, no que tange à teoria da encampação no mandado de segurança, consoante jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa correta.

- (A) O STJ rechaça, em qualquer caso, a aplicação da teoria da encampação, ante a ausência de previsão legal acerca do tema pelo legislador ordinário.
- (B) Ainda que o Presidente tenha se manifestado quanto ao mérito, não deve ser adotada a teoria da encampação no caso concreto, ante a divergência de competência para julgamento do mandado de segurança contra as autoridades em tela.

(C) A ausência de vínculo hierárquico entre as autoridades não é relevante para fins de aplicação da teoria da encampação se ambos integrarem o mesmo órgão ou entidade, em razão da unidade existente no âmbito do poder executivo federal.

(D) A teoria da encampação pode ser adotada quando se tratar mandado de segurança ajuizado contra autoridade federal em razão de ato praticado por autoridade estadual quando no exercício de competência delegada.

(E) As informações prestadas pelo Presidente da República devem ser aceitas pelo STF, aplicando-se a teoria da encampação, desde que tenha se manifestado quanto ao mérito da questão, sendo irrelevante eventual modificação de competência para julgamento, ante a prerrogativa de avocação, decorrente do poder hierárquico.

**10. FGV - 2021**

A Secretaria de Ordem Pública do Município Beta recebeu informações de que a Associação de Moradores do Bairro ZZ estaria estimulando a depredação de bens públicos. Após a regular tramitação do processo administrativo no qual representantes da Associação foram ouvidos, o Secretário Municipal, entendendo provados os fatos, decidiu pela sua dissolução compulsória.

À luz da narrativa acima, é correto afirmar que a dissolução compulsória da referida Associação:

- (A) observou a ordem constitucional, pois foi preservada a garantia do devido processo legal;
- (B) observou a ordem constitucional, desde que o Secretário Municipal tenha recebido delegação do Prefeito Municipal;
- (C) não observou a ordem constitucional, pois é vedada, em qualquer hipótese, a dissolução compulsória de associações;
- (D) não observou a ordem constitucional, pois a dissolução compulsória de associações exige decisão judicial transitada em julgado;
- (E) não observou a ordem constitucional, pois seria necessário o prévio trânsito em julgado da sentença condenatória pelos crimes referidos.

**11. FGV - 2021**

A República Federativa do Brasil celebrou uma convenção internacional sobre direitos humanos, que foi devidamente aprovada pelo Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.

A convenção internacional assim aprovada é equivalente a:

- (A) emenda constitucional;
- (B) lei complementar;
- (C) ato suprallegal;
- (D) lei ordinária;
- (E) decreto.

**12. FGV - 2021**

Maria, policial militar, constatou que parte do telhado de uma casa localizada em comunidade carente, em razão das fortes chuvas ocorridas na região, tinha desabado. Apesar do desabamento, o muro e o portão ao redor da casa, bem como suas paredes, permaneciam hígidos.

À luz dessa narrativa, caso Maria identifique a existência de pessoa ferida no interior da casa, não estando presente outra que possa ajudá-la, ela

- (A) deve aguardar a chegada de outro morador e solicitar sua autorização para ingressar no local.
- (B) deve comparecer perante o juízo da região e solicitar autorização para ingressar no local.
- (C) pode apenas isolar a área e aguardar o órgão de salvamento, que está legalmente autorizado a ingressar no local.
- (D) deve se comunicar com a pessoa ferida e, somente se ela exteriorizar seu consentimento, ingressar no local.
- (E) pode ingressar no local, mesmo sem autorização do morador ou ordem judicial, para prestar socorro à pessoa ferida.

**13. FGV - 2021**

O grupo "Amigos da Diversidade" decidiu realizar manifestação pacífica na praça mais importante da Cidade Alfa, no último domingo do próximo mês. Após a tomada de decisão, surgiu uma dúvida, no âmbito da liderança, a respeito dos procedimentos a serem adotados.

João, integrante do grupo e profundo conhecedor da ordem constitucional, explicou, corretamente, que a manifestação:

- (A) é projeção do princípio democrático, não carecendo de prévio aviso a qualquer autoridade pública ou mesmo de autorização;

- (B) pode ser realizada na praça, desde que o requerimento seja apresentado e deferido pela autoridade competente até trinta dias antes;

- (C) pode ser livremente realizada, mas em local privado, não na praça, isso sob pena de privar o restante da coletividade da fruição desse espaço;

- (D) não depende de autorização de qualquer órgão público, sendo exigida apenas a realização de prévio aviso à autoridade competente;

- (E) pode ser realizada na praça, desde que o uso seja autorizado pela autoridade competente, com o correlato pagamento da taxa de uso exclusivo, fixada em valores módicos.

**14. FGV - 2021**

Em razão de situação de iminente perigo público, certa autoridade pública utilizou durante dois dias um terreno pertencente a João, o que não acarretou qualquer dano à propriedade, já que nada existia no local.

À luz da sistemática constitucional, a conduta da autoridade pública foi:

- (A) ilícita, pois não foi antecedida de indenização;
- (B) lícita, não sendo devida qualquer indenização;
- (C) lícita, desde que João seja indenizado em até trinta dias;
- (D) lícita, desde que João tenha expressamente concordado com o uso;
- (E) ilícita, pois não foi antecedida de autorização legislativa e de indenização.

**15. FGV - 2021**

O prefeito do Município Alfa editou decreto dispondo sobre as qualificações profissionais a serem atendidas para o exercício de certas profissões na área territorial do referido Município.

Considerando a sistemática constitucional, o decreto foi editado de modo:

- (A) incorreto, pois só a lei editada pelo ente competente pode dispor sobre a matéria;
- (B) correto, pois o prefeito do Município deve estabelecer as normas sobre o trabalho local;
- (C) correto, desde que o decreto tenha sido previamente autorizado pela Secretaria de Trabalho;
- (D) incorreto, pois o decreto não pode impor obrigações, apenas a lei, e o trabalho não pode sofrer restrições;
- (E) incorreto, pois é vedado o estabelecimento de condicionantes para o exercício de qualquer trabalho.